

PAULO CESAR THOMAZ

**ESTUDO DA EVOLUÇÃO DOS GRANDES BANCOS PRIVADOS
NACIONAIS APÓS O PLANO REAL**

**Florianópolis
2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ESTUDO DA EVOLUÇÃO DOS GRANDES BANCOS PRIVADOS
NACIONAIS APÓS O PLANO REAL**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Paulo Cesar Thomaz

Orientador: Prof. Dr. Laércio Barbosa Pereira

Área de Pesquisa: Economia Financeira e Monetária

Palavras-chaves: 1 Grandes bancos e o Plano Real
 2 Plano Real e evolução dos grandes bancos
 3 Crescimento dos grandes bancos

Florianópolis, abril de 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,5 ao aluno Paulo Cesar Thomaz na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

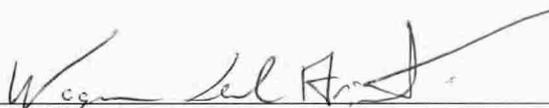
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Laércio Barbosa Pereira
Presidente



Prof. Dr. Rabah Benakouche
Membro



Prof. Dr. Wagner Leal Arienti
Membro

*À minha mãe, uma mulher que apesar da
falta de estudos, me ensinou a ser homem.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, pois devemos fazer tudo, como se dependesse de nós, sabendo que tudo depende Dele.

Ao Professor Doutor Laércio Barbosa Pereira, por sua paciência e amizade.

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS.....	VI
LISTA DE GRÁFICOS	VII
LISTA DE TABELAS.....	VIII
RESUMO	IX
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivos	3
1.1.1 Objetivo Geral	3
1.1.2 Objetivos Específicos	3
1.2 Metodologia.....	4
2 PAPEL DO SETOR BANCÁRIO.....	5
2.1 Em nível internacional	5
2.2 Em nível nacional.....	14
3 NÍVEIS DE CRESCIMENTO E RENTABILIDADE DOS TRÊS MAIORES BANCOS PRIVADOS NACIONAIS APÓS O PLANO REAL.....	21
4 POLÍTICAS PARA O SETOR BANCÁRIO QUE POSSA LEVÁ-LO A MELHOR CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO PAÍS.....	50
5 CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
ANEXOS	59

LISTA DE ANEXOS

Tabela 1 – Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	61
Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB) real	61
Tabela 3 – Produto Interno Bruto (PIB) corrente	62
Tabela 4 – Taxa <i>over</i> /SELIC	62
Tabela 5 – Taxa <i>over</i> /SELIC real	63
Tabela 6 – Dívida Mobiliária Federal.....	63
Tabela 7 – Dívida Mobiliária Federal corrigida pelo IPCA	64
Tabela 8 – Retorno sobre Ativos em índice	64
Tabela 9 – Retorno sobre Ativos acumulado.....	65
Tabela 10 – Retorno sobre Patrimônio Líquido em índice.....	65
Tabela 11 – Retorno sobre Patrimônio Líquido acumulado.....	66
Tabela 12 – Retorno sobre Patrimônio Líquido real acumulado.....	66
Tabela 13 – Quantitativo de bancos pela estrutura de capital.....	67
Tabela 14 – Quantidades de bancos que sofreram ajustes após o Plano Real.....	67
Tabela 15 – Valor adicionado por segmento de atuação.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Variação acumulada dos ativos	23
Gráfico 2: Variação real acumulada dos ativos e do Produto Interno Bruto (PIB)	25
Gráfico 3: Variação acumulada do Patrimônio Líquido	27
Gráfico 4: Variação real acumulada do Patrimônio Líquido e do PIB	28
Gráfico 5: Variação acumulada do Lucro Líquido	30
Gráfico 6: Variação real acumulada do Lucro Líquido e do PIB	33
Gráfico 7: Variação acumulada do ROA	35
Gráfico 8: Variação do ROA médio, da <i>over</i> /SELIC nominal e do PIB corrente	36
Gráfico 9: Níveis de ROE e de <i>over</i> /SELIC nominais	38
Gráfico 10: Variação acumulada do ROE	39
Gráfico 11: Variação do ROE médio, da <i>over</i> /SELIC e do PIB corrente	39
Gráfico 12: Evolução da Dívida Mobiliária Federal e níveis acumulados da SELIC	42
Gráfico 13: Evolução da Dívida Mobiliária Federal real e níveis da <i>over</i> /SELIC real	43
Gráfico 14: Retorno sobre Patrimônio Líquido médio dos grandes bancos e das grandes empresas não financeiras	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ativos.....	21
Tabela 2 – Variação acumulada dos ativos	22
Tabela 3 – Ativos corrigidos pelo IPCA	23
Tabela 4 – Variação real acumulada dos ativos	24
Tabela 5 – Variação real e nominal acumuladas do Produto Interno Bruto (PIB).....	24
Tabela 6 – Patrimônio Líquido (P. L.)	26
Tabela 7 – Variação acumulada do Patrimônio Líquido	26
Tabela 8 – Patrimônio Líquido corrigido pelo IPCA	27
Tabela 9 – Variação real acumulada do Patrimônio Líquido	28
Tabela 10 – Lucro Líquido (L. L.)	29
Tabela 11 – Variação acumulada do Lucro Líquido	30
Tabela 12 - Lucro Líquido corrigido pelo IPCA	31
Tabela 13 – Variação real acumulada Lucro Líquido	32
Tabela 14 – Retorno sobre Ativos (ROA).....	33
Tabela 15 - Retorno sobre Ativos acumulado	34
Tabela 16 – Variação acumulada do ROA	34
Tabela 17 – Variação acumulada da <i>over</i> /SELIC	35
Tabela 18 – Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE).....	36
Tabela 19 – Retorno sobre Patrimônio Líquido acumulado.....	37
Tabela 20 – Taxa <i>over</i> /SELIC real e nominal acumuladas	37
Tabela 21 – Variação acumulada do ROE.....	38
Tabela 22 – Variação real e nominal acumuladas da Dívida Mobiliária Federal.....	41
Tabela 23 – Retorno sobre Patrimônio Líquido médio dos grandes bancos e das grandes empresas não financeiras	44

RESUMO

Neste estudo pretende-se analisar os principais impactos do Plano Real nas finanças dos grandes bancos privados nacionais. O novo perfil do mercado financeiro no mundo é caracterizado pela diversificação do setor bancário, pelas fusões e aquisições, pela conglomeração e ampliação da internacionalização do setor. Os grandes bancos brasileiros durante a inflação alta conseguiram se fortalecer e foram capazes de desenvolver estratégias de antecipação à passagem para a inflação baixa. Aproveitaram o período imediatamente posterior à queda da inflação que foi favorável ao aumento de seus lucros e responderam bem às turbulências de 1995. No início do Plano Real, a intervenção do governo para evitar uma crise bancária se deu através dos programas de assistência de liquidez e de saneamento financeiro com estímulos à privatização e/ou reestruturação dos bancos estaduais (PROER e PROES), que resultou num processo de reestruturação do sistema bancário brasileiro. Os principais beneficiados com estes programas foram os grandes bancos privados nacionais e estrangeiros. Pois, através do PROER o BACEN ficou autorizado a disponibilizar recursos para que instituições financeiras sólidas adquirissem o controle acionário de bancos em dificuldades. Estes programas definiram importantes instrumentos institucionais para reestruturação do sistema bancário brasileiro, viabilizaram uma política de atração de grandes bancos estrangeiros e reduziram a presença de bancos públicos no sistema bancário brasileiro. O ambiente de juros elevados tem beneficiado os grandes bancos, ao mesmo tempo em que prejudica o nível de endividamento do Estado brasileiro. Além dos níveis de Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE) médio dos três maiores bancos privados nacionais acompanharem a taxa *over*/SELIC, o crescimento dos mesmos em Ativos, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido é muito superior ao crescimento do PIB brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

A década de 90 representa um período de intensas transformações na economia brasileira. Fatos como a abertura comercial acelerada, a integração comercial no Mercosul, o processo de estabilização fundado na política econômica de juros elevados e câmbio valorizado (Plano Real), a internacionalização do Sistema Financeiro Nacional, as diversas faces do processo de reestruturação produtiva (inovações tecnológicas, gerenciais e nas relações entre as empresas) e as privatizações são a marca deste período.

O setor bancário brasileiro tem passado por transformações desde o início da década de noventa, com mais ênfase a partir de 1994. Uma das características principais têm sido a maior participação de capitais internacionais e a consolidação do setor com o fortalecimento dos grandes bancos controlados por capitais privados.

“[...] A entrada de instituições estrangeiras também tem contribuído para dar mais solidez ao sistema financeiro.[...]” (PUGA, 1999, p. 7-8).

A dinâmica desta transformação pode ser identificada em ações localizadas do Estado Brasileiro, agindo na regulamentação do setor de acordo com motivações de ordem política, econômica e social, determinadas interna ou externamente; e ainda compreendidas pelo movimento do capital, que segue uma lógica própria de acumulação e valorização.

As principais causas da reorganização da Indústria Bancária Nacional foram patrocinadas pelo Governo Federal, em conjunto com o Banco Central do Brasil. A abertura econômica experimentada desde o início dos anos 90 foi sustentada por uma política neo-liberal que visava a privatização dos bancos estaduais, mediante incentivos fiscais ou através do ingresso de bancos estrangeiros. A necessidade de estabilização econômica também está neste contexto, ensejando a edição de diversos planos econômicos até atingir o objetivo desejado – o combate a inflação – como foi o caso do Plano Real.[...] (HOEPERS NETO, 2000, p. 114).

Os grandes bancos privados nacionais foram escolhidos como atores privilegiados nesta pesquisa devido à influência que estes exercem no processo sócio-político-econômico do país, trata-se de grandes grupos econômicos que, usando as mais diversas estruturas societárias (criação de subsidiárias, participações acionárias, constituição de holdings), transformam-se em provedores de serviços financeiros e atuam em diversos segmentos da atividade econômica, tanto no espaço nacional quanto no internacional, ou seja, detêm uma imensa capacidade de articular e comandar interesses econômicos e políticos. A sua atuação passou a ocorrer sob um novo contexto

mercadológico, caracterizado pela abertura econômica e pela estabilidade inflacionária, e sob um novo contexto institucional, marcado pela permissão do governo federal à entrada de instituições controladas por capitais internacionais.

O cenário econômico do Brasil para os bancos nacionais até o Plano Real era caracterizado por uma economia relativamente fechada e com duas fontes de receitas, os ganhos com a inflação e com as operações com títulos da dívida pública.

Com o Plano Real foi praticamente eliminada a possibilidade de ganhos com a inflação e houve uma crescente abertura a bancos estrangeiros, no entanto os ganhos com títulos públicos parecem ter vida longa, dada a dificuldade para equacionar os problemas fiscais e financeiros do setor público. Logo, os bancos precisavam se ajustar a este novo cenário. Buscam obter ganhos de escala através de fusões, aquisições e formação de associações, principalmente com bancos internacionais.

O Estado, através do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central sob a justificativa da importância da solidez do setor bancário para o processo de estabilização monetária, redesenhou o perfil do setor: redução do número de bancos públicos, internacionalização do setor e fortalecimento dos bancos privados nacionais.

Para a consolidação do segmento privado nacional, o CMN impõe a adoção de limites mínimos de capital para a constituição e o funcionamento dos bancos e criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), o qual ofertava uma linha especial de financiamento às reestruturações administrativas, operacionais e societárias dos bancos, preferencialmente se resultassem em transferência de controle acionário.

A reestruturação do setor bancário brasileiro traz como consequência imediata a redução da oferta de serviços e de crédito bancário nas regiões menos atrativas sob a ótica da rentabilidade privada. Esta consequência está ligada ao Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), que está resultando na liquidação e/ou transformação em agências de fomento das instituições financeiras públicas controladas pelos governos estaduais.

[...] o crédito, a preços constantes, antes do Real, no período inflacionário, apresentava tendência de crescimento, nos anos de 1992, 1993 e início de 1994, e que, após o Real, a tendência passou a ser de estabilidade, de 1994 a 1999. Em suma, constatou-se o oposto do que se esperava, a estabilização econômica além de não alavancar o crédito ainda deteve o crescimento que até então ocorria. (SOARES, 2001, p. 43).

Este novo perfil do setor provocou oscilações nos índices de rentabilidade dos bancos; está consolidando uma maior concentração bancária, como também uma alteração na estratégia de competitividade, que segundo Carvalho et al (2002, p. 69), não há indícios de que os bancos nacionais privados tenham alterado suas práticas tradicionais em função da ameaça dos novos concorrentes.

Neste estudo pretende-se analisar os principais impactos do Plano Real nas finanças dos grandes bancos privados nacionais. Que acontecimentos mercadológicos e institucionais, estão ocorrendo no setor bancário brasileiro a partir de 1994, levando à maior presença de bancos internacionais, e como esta mudança de contexto favoreceu os grandes bancos.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Estudar as mudanças ocorridas nos setor bancário brasileiro a partir de 1995 e os seus principais impactos.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar o papel do setor bancário em nível internacional e nacional;
- b) Analisar os níveis de crescimento através dos ativos, patrimônio líquido e lucro líquido e os níveis de rentabilidade através do retorno sobre ativos e retorno sobre o patrimônio líquido dos três maiores bancos privados nacionais após o Plano Real;
- c) Sugerir políticas para o setor bancário que possa levá-lo a melhor contribuir com o desenvolvimento sócio-econômico do país.

1.2 Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração do segundo capítulo, sobre o papel do setor bancário em nível internacional e nacional, foi pesquisa bibliográfica em livros e artigos que abordam o assunto.

No capítulo III, que aborda os níveis de crescimento e rentabilidade dos grandes bancos, após o Plano Real, a metodologia utilizada foi a coleta, construção, análise de dados e pesquisa bibliográfica. A coleta dos dados para este capítulo foi realizada a partir dos balanços dos bancos no período de 1995 a 2004, disponíveis na página de cada banco na rede mundial de computadores. Os procedimentos para a análise dos dados (nominais e reais) sobre níveis de crescimento foram: numa primeira etapa, o cálculo do índice relativo dos ativos, patrimônio líquido, lucro líquido com base fixa em 1995. Em uma segunda etapa, através de gráficos, a observação da evolução desses resultados e a comparação com o PIB.

Na análise dos dados de rentabilidade foi calculado o retorno acumulado sobre os Ativos e sobre o Patrimônio Líquido e através de gráficos foi analisado o comportamento dos dados de rentabilidade acumulados no período e comparados com a taxa *over*/SELIC acumulada.

Para o capítulo IV, que trata de políticas para o setor bancário, utilizou-se pesquisa bibliográfica.

2 PAPEL DO SETOR BANCÁRIO

Como os bancos desempenham um papel de importância na canalização de recursos para os tomadores de empréstimo com oportunidades de investimentos produtivos, eles são importantes para assegurar que o sistema financeiro e a economia funcionem bem e eficientemente.

Segundo Assaf Neto (2001, p. 110-111), o sistema bancário presta inúmeros e importantes serviços a todos os segmentos da economia, estes serviços provocam o crescimento de inúmeras instituições, seja por meio da cobrança de tarifas ou outras formas de receitas ou, ainda, pelo ganho que podem obter do *floating*¹ que diversas operações costumam oferecer.

Este capítulo divide-se em duas seções: na primeira, o tema é abordado em nível internacional, tratando das mudanças no sistema financeiro internacional e suas conseqüências para o setor, exigindo transformações no papel dos bancos. Na segunda seção, em nível nacional, como esta realidade combinada com políticas de abertura comercial e estabilização monetária atinge o SFN, causando modificações no nível de concentração e nas funções dos bancos.

2.1 Em nível internacional

A década de 90 retrata com maior precisão um novo perfil do mercado financeiro no mundo, gestado a partir de contribuições do Estado, de instituições, do mercado de capitais e da concorrência.

Para Carvalho et al (2002, p. 7), o sistema bancário internacional “tanto é protagonista como é influenciado pelo processo mais amplo de reestruturação do sistema financeiro internacional, o qual vem ocorrendo pelo menos desde os anos 1980.”

O vigoroso aumento da oferta de Investimento Externo Direto (IED) no setor bancário nos anos 1990 é parte do processo mais amplo de reestruturação do sistema financeiro internacional -em curso desde as décadas anteriores. A análise desse processo contribui para a compreensão da natureza e dos objetivos dos grandes bancos dos países centrais nessa “saída” para mercados emergentes. (CARVALHO; STUART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 9).

¹ Retenção temporária por uma instituição de recursos de terceiros, proporcionando ganhos financeiros provenientes da aplicação desses valores até a data de entrega a seus proprietários.

Alguns aspectos dessa reestruturação são abordados por Carvalho et al (2002, p.10): a desregulamentação financeira (reduziu a tradicional segmentação entre mercados bancários e não bancários, especialmente nos Estados Unidos); a securitização secundária² (provocou o crescimento dos mercados de títulos e do financiamento direto); a expansão do papel dos investidores institucionais nos mercados de títulos privados; o processo acelerado de fusões e de aquisições entre instituições financeiras, especialmente entre bancos (que ampliou o tamanho e o escopo da atuação dos bancos internacionais) e em função do crescimento da concorrência o acirramento do processo de internacionalização dos bancos em busca de novos mercados.

O aumento das operações de securitização é uma das novidades financeiras.

[...] Tal processo pode ser designado como desintermediação financeira, uma vez que aumenta o papel dos mercados de títulos e do financiamento direto das empresas e dos indivíduos em relação aos detentores de recursos. O papel das instituições financeiras, inclusive o dos bancos, passa a ser cada vez mais o de corretores e o de market-makers em mercados organizados de ativos, ou seja elas passam a ser agentes de securitização. [...] (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 11).

Para a atividade bancária, de acordo com os autores os anos 50 e 60 foram de ampla regulamentação e de relativa estabilidade das principais variáveis que determinam os riscos do negócio bancário. Com a recuperação da Europa e do Japão as taxas de crescimento em economias desenvolvidas foram relativamente altas, as políticas keynesianas de controle de juros evitaram variações significativas das taxas domésticas e a estabilidade da inflação reduziu o risco de capital. Além disso, o significativo controle dos fluxos internacionais de capitais evitava a excessiva exposição dos agentes a riscos cambiais, os quais já estavam reduzidos pelo sistema cambial relativamente estável. Nesse contexto, o negócio bancário envolvia basicamente a administração de riscos relativos ao (baixo) risco de inadimplência e ao descasamento de vencimentos.

Ainda, segundo Carvalho et al (2002, p. 12) os anos 70 mudaram esse quadro de forma acentuada. Primeiramente, houve nas economias desenvolvidas um ressurgimento da inflação e uma redução do crescimento econômico (estagflação). Com a influência das idéias monetaristas, uma resposta a tais situações foi a introdução de políticas monetárias mais rigorosas, em geral com base em metas monetárias, o que tende a ampliar a volatilidade das taxas de juros. Nos Estados Unidos, a inflação persistente e as taxas de juros elevadas estimularam o aumento da competição por depósitos de curto

² Transformação de financiamentos intermediados em títulos.

prazo, até então restritos a depósitos bancários à vista. As principais inovações foram as contas que ofereciam aos depositantes uma pequena remuneração para depósitos sacáveis com prazos curtos de aviso (três dias, em geral). Como os fundos administradores desse tipo de conta não estavam sujeitos aos requisitos de encaixes dos bancos comerciais, podiam conceder empréstimos por taxas relativamente mais baixas. Assim, os bancos comerciais dos Estados Unidos e de outras economias desenvolvidas perderam competitividade. Uma das soluções microeconômicas para esse problema foi a expansão dos empréstimos para as economias em desenvolvimento, com captação de recursos nos euromercados – caso dos famosos “petrodólares”³. A outra solução foi a expansão das suas atividades de banco de investimento, enquanto os bancos de investimento ampliaram suas atividades de ofertantes de meios de pagamento (captação de depósitos e oferta de facilidades de cheque). Essas mudanças estão relacionadas, por sua vez, à expansão dos mecanismos de securitização secundária, como uma resposta concorrencial do setor bancário.

Para os autores, a securitização secundária oferece benefícios para os bancos, a medida que “vendem” empréstimos em vez de mantê-los em sua carteira, assim aumentam a liquidez de seus ativos e reduzem suas necessidades de reservas, sua base de capital e os prêmios de seguro de depósito, além de obterem comissões no processo. Proporciona custos menores comparada aos empréstimos tradicionais para os agentes que demandam recursos. As vantagens que traz para tomadores e para bancos explicam o crescimento desse tipo de operação nos anos 90, ao lado do grande crescimento da demanda por títulos.

Segundo Carvalho et al (2002, p. 13), o crescimento do mercado de derivativos⁴, mesmo que indiretamente é consequência da securitização, pois proporcionam uma multiplicidade de opções na construção desses instrumentos que propiciam proteção contra variações inesperadas de fatores (taxas de câmbio, preços de *commodities*, variações de indexadores financeiros, juros, etc.) que afetam os agentes econômicos. Por permitirem a partição de riscos, que podem ser negociados por instituições e em mercados especializados mediante títulos específicos, são mecanismos de expansão da liquidez de mercados de títulos.

³ Os superávits dos países exportadores de petróleo foram empregados para refinar os déficits de conta-corrente dos países do Terceiro Mundo.

⁴ Instrumentos financeiros que se originam (dependem) do valor de um outro ativo, tido como ativo de referência.

A própria atuação dos bancos comerciais em mercados de derivativos aumenta a capacidade deles de obter economias de escala mediante a ampliação de suas atividades, o que terá papel decisivo nas decisões de fusões, de aquisições e de conglomeração financeira que, por sua vez, estão diretamente associadas ao processo de internacionalização bancária. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 14).

Para Carvalho et al (2002, p. 15), um dos fenômenos econômicos das últimas décadas tem sido o crescimento do patrimônio e da participação de investidores institucionais nos mercados financeiros internacionais. Esse é um resultado da introdução de reformas previdenciárias liberais e da liberalização e desregulamentação financeira. Em muitas economias desenvolvidas os fundos de previdência privada tiveram um papel relevante na captação de recursos de longo prazo. Os fundos mútuos de investimento (administrar carteiras de ativos para poupadores finais) tiveram seu crescimento determinado por processos de desregulamentação financeira, por diversificação de portfólios de famílias e de empresas e por crescimento continuado dos preços e do volume de ativos negociados nos mercados financeiros internacionais.

Os fundos mútuos especializam-se tipicamente em investimentos de longo prazo e, em geral, provêm intermediação de riscos aos seus investidores por meio de carteiras diversificadas de ativos. [...] (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 16).

Também fazem parte do rol de investidores institucionais as empresas de seguro que

[...] podem ser divididas nos segmentos de vida e de “não-vida”. As do primeiro segmento, cujos prêmios são pagos em casos de falecimento e de acidentes com conseqüências físicas graves, têm base atuarial e, portanto, são mais previsíveis. Isso explica sua preferência por títulos de renda fixa de longo prazo. Uma vez que no ramo de “não-vida” (e.g. seguro de automóveis) o pagamento de sinistro é menos previsível, há nele uma maior concentração de aplicações de curto prazo ou de alta liquidez, como ações. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 16).

Segundo os autores, o crescimento dos investidores institucionais, acarreta dois impactos no funcionamento do sistema bancário: primeiro, o aumento do volume de transações e a maior seletividade desses investidores implicam a aquisição de vantagens competitivas significativas por parte dos maiores bancos, e, em segundo lugar, a estratégia de alocação de portfólio desses investidores pressupõe a atuação em diversos mercados de forma simultânea (a conglomeração possibilita essa atuação e acarreta ganho de competitividade para os grandes bancos).

Ainda, segundo os autores, os processos de fusões, aquisições e de conglomeração bancária, nos Estados Unidos vem ocorrendo desde meados dos anos 80 e intensificaram-se a partir dos anos 90, provocando grandes impactos sobre a estrutura bancária.

De acordo com Aronovich (1999, p. 204-205) apud Carvalho et al (2002, p. 17), existem quatro fontes de estímulo a esses processos: 1) a desintermediação e a ampliação da concorrência de instituições não bancárias, levam os bancos a uma postura mais agressiva em busca de maiores fatias de mercado e de novos tipos de aplicação; 2) o crescimento dos mercados de capitais e da facilidade de captação de recursos tem estimulado as firmas bancárias a se envolverem em fusões e em aquisições com o objetivo de aumentar seu valor acionário (com a ampliação da empresa bancária e a valorização das ações, a capacidade de alavancagem -calculada sobre o valor de mercado do patrimônio líquido- aumenta, o que gera um processo cumulativo de expansão e de capacidade de expansão); 3) o desenvolvimento tecnológico na área de automação bancária e de engenharia financeira proporciona amplas possibilidades de economias de escala na produção de serviços financeiros; 4) o consentimento dos reguladores (restrições à expansão geográfica foram reduzidas, restrições a fusões entre bancos comerciais e bancos de investimentos foram parcialmente eliminadas, a partir de 1996 conglomerados bancários foram autorizados a expandir sua participação nas atividades de subscrição e de colocação de títulos de dívida e ações).

Na Europa,

A criação do Mercado Único Europeu (MUE) previa a eliminação de barreiras à livre circulação de capital entre os países membros da UE [União Européia], bem como a liberdade para o estabelecimento e para a prestação de serviços bancários. Desse modo, o setor financeiro – tanto na Espanha quanto na UE – começou a desenvolver novas estratégias de crescimento e de concentração para adaptar-se a esse renovado ambiente competitivo. O mercado bancário começou a transitar de um cenário de competição, baseado na proximidade geográfica e na prestação de serviços gratuitos, para um cenário mais homologável, no qual se destaca a agressividade nas políticas de preços e na oferta de produtos e de serviços (...) Portanto, o ambiente de moeda única exigiu que as entidades bancárias alcançassem as economias de escala necessárias (em tamanho) ou oferecessem uma vantagem competitiva em um segmento concreto do mercado (especialização). A partir do fim dos anos 1980, os grandes bancos adotaram uma estratégia de crescimento baseada em fusões e em aquisições, com o propósito de reforçar sua presença no mercado (nacional e eventualmente internacional) e de incrementar sua competitividade. (CALDERÓN e CASILDA 2000, p. 10 apud CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 17-18).

Para Carvalho et al (2002, p. 18), “a presença dos bancos estrangeiros nas economias emergentes resumiu-se, até meados dos anos 1990, à exploração do segmento de mercado formado pelas empresas multinacionais de seus países de origem. [...]”

Mas foi nos anos 90 que esse quadro se alterou,

[...] Os bancos dos EUA e da Europa passaram a buscar mais avidamente fatias de mercado no exterior por meio da estruturação de operações financeiras internacionais e, o que é de fato a novidade no que se refere a economias emergentes, por meio de maiores investimentos diretos. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 19).

Segundo os autores, essa mudança de comportamento dos bancos em relação às economias emergentes esteve diretamente relacionada ao processo de liberalização e de desregulamentação financeira e pode ser analisada em dois componentes (a principal modalidade de fluxo de capital entre países nos anos 90 era o Investimento Externo Direto – IED – e as mudanças de estratégias dos bancos em função das novas tendências do sistema financeiro).

As fusões e as aquisições são em grande medida motivadas pela desregulamentação econômica, a qual em geral se faz acompanhar de privatizações, como é o caso dos setores de telefonia, de distribuição de petróleo e de mineração [...] As operações de IED por meio de fusões e de aquisições vêm exigindo recursos de grande magnitude e operações de complexidade financeira significativas e, por causa disso, há demanda de serviços de grandes bancos, o que inclui consultorias, montagem de consórcios, desenvolvimento de produtos no campo da engenharia financeira, bem como concessão de volumes significativos de financiamento e colocação de papéis nos mercados. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 20).

Além disso, segundo os autores, os bancos que atendem os controladores no processo de fusão e/ou aquisição podem explorar os conhecimentos adquiridos e os vínculos estabelecidos com seus clientes nos novos mercados nacionais prestando serviços como: financiamento ao consumidor, apoio financeiro para capital de giro, financiamento de operações de comércio internacional e de novos projetos de investimentos.

Para Carvalho (1997) apud Carvalho et al (2002, p. 21) a conglomeração de atividades é a alternativa que se tem mostrado viável para que bancos explorem vantagens competitivas e/ou se defendam de novas ameaças oriundas da maior liberdade de atuação e da diversidade de instrumentos disponíveis nos mercados financeiros.

Mediante a conglomeração, os bancos aumentam as opções de captação e de aplicação de recursos à sua disposição, ampliam as suas oportunidades de ganhos e exploram economias de escala e de escopo. Os bancos de varejo bem-sucedidos, os quais operam em escala global, têm procurado combinar as atividades de banco comercial com as de banco de investimento e/ou de companhias de seguro. A maior rede de distribuição de produtos e a capilaridade da captação de recursos combinada com a prestação de serviços tipicamente de bancos de investimento têm permitido a sobrevivência e a expansão global da atividade dos grandes bancos estadunidenses e europeus. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 21).

De acordo com os autores, o movimento de expansão para o exterior pode ser entendido como uma extensão do processo de conglomeração financeira, com duplo objetivo: ampliar os mercados em que o banco opera e aproveitar as vantagens inerentes à internacionalização das atividades do banco:

[...] com a expansão das operações em diversos países, os bancos podem se beneficiar mais facilmente de oportunidades de arbitragem^[5] e/ou das diferentes estruturas tributárias e reguladoras, às quais são submetidos, além de poderem, como se viu anteriormente, atender de modo mais eficaz às multinacionais suas clientes. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 22).

Para Carvalho et al (2002, p. 23), os países desenvolvidos ainda possuem vantagens macroeconômicas:

Sua base de operações localiza-se em economias tradicionalmente mais estáveis, com mercados financeiros mais organizados e com maior diversidade de produtos, o que confere maior liquidez aos instrumentos financeiros e permite acesso a fundos de longo prazo com menor custo do que nas economias emergentes. Nessas, a recém-conquistada estabilidade econômica – ainda não totalmente consolidada, como nos episódios de crise financeira e de balanço de pagamentos desde 1994, no México, demonstram – não foi capaz de produzir um ambiente mais propício para o cálculo de longo prazo e para a alavancagem de recursos no mercado interno em condições e prazos competitivos com os recursos captados no exterior, onde grandes bancos internacionais levam nítida vantagem. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 23).

Segundo os autores, para defenderem sua posição nos países de origem tem obrigado que bancos de porte intermediário de economias desenvolvidas se expandam para espaços financeiros menos valorizados e consolidem suas posições.

^[5] A arbitragem é uma operação na qual o gestor identifica dois ativos com fluxo de caixa idênticos, porém com preços que, por alguma razão, não refletem a similaridade de fundamentos. O gestor, então, compra o ativo mais barato e vende o mais caro, apostando que o preço dos ativos irá convergir.

É uma estratégia que visa a diluir o risco por meio da diversificação da sua base de clientes e, simultaneamente, a obter vantagens similares às dos maiores bancos (como as economias de escala), invadindo, para tanto, espaços econômicos mais receptivos, para ampliar a capacidade de geração de lucros e de financiamento da firma bancária. Esse parece ser o caso dos bancos espanhóis na sua incursão em direção à América Latina e ao Caribe, os quais parecem implementar uma estratégia a fim de se defenderem do avanço provável do Deutsche Bank na zona do Euro. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 23-24).

Mas, os autores alertam que

[...] Não obstante, em economias emergentes nas quais grandes bancos locais tenham recursos e capacitação técnica e gerencial respostas locais não desprezíveis ao avanço dos estrangeiros, seja em termos do aumento de fusões e de aquisições, bem como do aumento da conglomeração ou do enfoque em nichos de mercado locais; seja em termos da extroversão de suas atividades, são esperadas. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 24).

Goldenstein (1994, p. 95), cita os casos de Japão e Alemanha em que se conseguiu a centralização financeira na magnitude necessária, através dos grandes conglomerados financeiros, das sociedades anônimas e do Estado e cita também o caso da Coreia em que o Estado criou as condições para o fortalecimento do setor privado, na forma de conglomerados.

De acordo com os casos da Coreia do Sul e de Taiwan, o fortalecimento do setor bancário não é o fim último para o desenvolvimento de um país, mas ele faz parte de um conjunto de políticas industriais e tecnológicas. Segundo Suzigan (1989, p. 25), uma das características básicas das políticas industriais e tecnológicas é o “forte papel da intermediação financeira, articulada aos objetivos da política industrial e direcionada pelo Estado, que controla o sistema bancário em Taiwan e, na Coreia, entre os anos 70 até 1981-83, quando foi privatizado sem que contudo houvesse perda do poder do Estado no direcionamento de recursos”.

O caso da Coreia é bastante ilustrativo do uso do sistema bancário como ferramenta para implementação de políticas industriais, segundo Coutinho (1999, p. 351-378) em 1976 foi criado um banco para financiar as operações de exportação da Coreia, durante muito tempo os bancos comerciais privados permaneceram estatizados financiando grupos empresariais coreanos com créditos longos e taxas de juros muito baixas, ou seja o sistema bancário estava a serviço da acumulação industrial.

Nos anos de 1990 a 1992 devido a recessão e a fragilidade financeira dos sistemas bancários no mundo desenvolvido, os bancos centrais dos países ricos reduziram

as taxas de juros, na tentativa de recuperar o crescimento, que “permitiu aos mercados emergentes atrair capitais financeiros em escala crescente no triênio 1991-1993.” Esse ingresso de capitais possibilitou estabilizar as taxas nominais de câmbio nos países da América Latina. Apesar da forte deterioração da balança comercial, a estabilização afastava as crises de mais de uma década e a inflação ameaçadora. A consequência da fragilização da balança comercial é um déficit de grande magnitude nas transações correntes com o exterior como ilustra o Plano Real. (COUTINHO, 1999, p. 369).

Segundo Coutinho (1999, p. 372-373), o aumento do déficit em conta corrente coreano foi sendo financiado imprudentemente através de empréstimos de curto prazo, quando em 1997 acontece o colapso da bolsa de Hong Kong e um ataque especulativo contra a sua moeda, há uma reversão da confiança em relação a Coreia.

O colapso cambial atingiu fortemente os bancos e exigiu a liquidação de um grande número de instituições. [...] O forte impacto da crise cambial sobre os sistemas bancário e industrial obrigou, assim, à adoção de uma política de emergência para evitar a propagação dos efeitos destrutivos. Reformas importantes foram concebidas e implantadas no calor das circunstâncias, compreendendo o sistema financeiro, a estrutura das grandes empresas, as regras e leis trabalhistas e os controles e restrições sobre os investimentos estrangeiros. [...] Não obstante, esse percalço pode ser revertido e não implicou [...] retrocessos estruturais em termos de sua capacidade industrial e tecnológica. (COUTINHO, 1999, p. 373-374)

O novo perfil do mercado financeiro no mundo é resultado da desregulamentação financeira, do crescimento do mercado de capitais, da ampliação da concorrência e do aumento da participação dos investidores institucionais no mercado financeiro internacional; que proporcionaram: redução da segmentação do setor bancário, fusões, aquisições, conglomeração e a ampliação da internacionalização do setor.

A ampliação das operações de securitização secundária e a internacionalização como respostas concorrenciais, bem como o aumento do valor acionário para poder captar no mercado de capitais e a estratégia dos investidores institucionais que pressupõe a atuação em diversos mercados de forma simultânea, exige do setor bancário uma estratégia de ampliação das economias de escala e escopo, através das fusões, aquisições e conglomeração.

2.2 Em nível nacional

Como o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam, transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo) superavitários para os deficitários (ASSAF NETO, 2001, p. 67), os bancos são os principais atores do sistema, pois como possuem a faculdade de criar moeda por meio do recebimento de depósito a vista, operam a intermediação financeira dos poupadores para os tomadores.

Goldenstein (1994, p.57-96), fornece algumas características do setor bancário brasileiro no período de 1930 até 1980: Inicialmente “a continuidade de seu papel puramente mercantil impediu a concentração bancária e o estabelecimento de algum tipo de relação mais orgânica com a indústria que permitisse seu financiamento.” No período do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), acontece a reforma do sistema financeiro de 1964-67, que consistia na compartimentalização das instituições, “que passariam a ser capazes de, cada uma na sua especialização, mobilizar recursos e prover os diferentes tipos de crédito necessários para dar o suporte financeiro indispensável ao bom funcionamento de um país capitalista desenvolvido.”⁶ Fez parte também desta reforma a regulação para captação de empréstimos externos por parte de bancos comerciais e de empresas estabelecidas no país; também a emissão de um novo título, as ORTNs (Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional) para financiamento público, bem como a LTN (Letra do Tesouro Nacional) para a política monetária; a criação da correção monetária para garantir a defesa das aplicações financeiras contra a inflação por meio da ORTN.

Apesar da diversificação e ampliação da intermediação financeira que ocorreu no país após essa reforma – que propiciou uma formidável expansão do setor de bens de consumo durável, especialmente a indústria automobilística e a construção civil -, nunca se conseguiu viabilizar uma estrutura privada de financiamento de longo prazo que garantisse a captação e os empréstimos no montante necessário aos empreendimentos de maior escala e prazos de maturação. Este papel continuou sendo cumprido pelo Estado, quer diretamente, quer por intermédio de suas agências financeiras”. (GOLDENSTEIN, 1994, p.69-70)

⁶ De acordo com Goldenstein (1994, p. 68), o Financiamento de longo prazo seria realizado pelos bancos de investimento; a capitalização das empresas se daria através do mercado acionário; os fundos de investimento seriam um dos instrumentos a impulsionar o mercado de ações; o financiamento dos bens de consumo duráveis seria de responsabilidade das financeiras; o financiamento do capital de giro das empresas seria dos bancos comerciais e o estímulo ao setor da construção civil ficaria a cargo do Sistema Financeiro de Habitação.

Segundo Goldenstein (1994, p. 75), é a partir de 1974 que entre outros fatores o sistema financeiro pensado em 1964 começa a perder sua funcionalidade, é a partir deste ano que se pode perceber parte dos problemas que mais tarde se mostrarão em sua totalidade.

No período do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (IIº PND), o circuito financeiro torna-se um espaço atrativo de valorização da riqueza, atraindo recursos da área produtiva para a financeira especulativa, produzindo a “ciranda financeira”. (GOLDENSTEIN, 1994, p. 89)

Atualmente, o governo usa seus títulos para elevar a taxa de juros da economia com o objetivo de controlar a inflação, isto porque o governo mantém um rígido controle fiscal, assegurando um superávit primário (receitas menos despesas, sem gastos com juros) do setor público (governo federal, Estados e municípios) elevado, mas segundo Goldenstein (1994, p. 90), durante o IIº PND este mecanismo tornava-se um meio de propagação inflacionária e minava a estrutura de intermediação financeira existente no país, reduzindo o crédito na estrutura privada e sobrecarregando a pública.

[...] elevavam-se deliberadamente as taxas internas de juros para tornar mais atrativo o endividamento externo, que, ao entrar, expandia a liquidez da economia, que deveria ser enxugada para garantir as taxas elevadas. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, a liquidez era ampliada por meio dos subsídios fartamente distribuídos aos setores mais carentes ou com força política para pressionar, o que obrigava à venda de mais títulos públicos para financiar este esquema. Ou seja, o governo comprava dinheiro caro para emprestar barato, iniciando o processo de endividamento do setor público que levaria à sua falência com a ruptura do padrão de financiamento nacional. [...] O padrão de financiamento é expressão da forma de organização capitalista, cuja constituição, no caso brasileiro, impossibilitou uma base financeira nacional, resultando uma carência crônica de financiamento de longo prazo e um inchaço especulativo do mercado financeiro. (GOLDENSTEIN, 1994, p. 91 e 94).

Apesar do constante socorro por parte do Estado Brasileiro ao sistema bancário nacional em momentos críticos, os bancos demonstraram competências para enfrentar situações adversas.

As formas de defesa dos grandes bancos de varejo contra a instabilidade econômica brasileira sempre destacaram a capacidade de substituição rápida entre títulos e créditos no seu ativo. A escolha depende, evidentemente, da rentabilidade esperada em cada alternativa; função essa em grande medida da política de juros do BC e do risco estimado para o crédito, variável influenciada pelo quadro econômico e por suas perspectivas. Ao longo do período da inflação elevada, os bancos brasileiros foram bem ágeis para mudar rapidamente de estratégia em resposta a flutuações do horizonte econômico ou a iniciativas do governo. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 8).

A mesma competência aparece no período posterior ao Plano Real e explica a mudança de atuação dos bancos.

O forte aumento do crédito, no fim de 1999 e ao longo de 2000, por exemplo, pode ser atribuído a uma reação dos bancos nacionais à ameaça de perda de mercado, o que justificaria as avaliações positivas sobre a presença dos novos participantes estrangeiros. Os grandes bancos brasileiros de varejo, contudo, sempre foram capazes de aumentar rapidamente a oferta de crédito quando havia avaliações favoráveis nesse sentido – tal como na seqüência do Plano Cruzado ou na fase de preparação e de lançamento do Plano Real – e também de recuar quando as condições se tornavam adversas, em muitas ocasiões com o apoio direto ou indireto do Banco Central e do Tesouro.[...] (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 8).

No início da década de 90, o Brasil, para Coutinho (1999, p. 374), apesar de se beneficiar com a entrada de capitais para estabilizar a inflação, a globalização financeira parece ter sido muito mais prejudicial, pois a política econômica brasileira foi de sobrevalorização cambial e taxas de juros elevadas, que acarretaram em “reduzido ritmo de crescimento, explosão da dívida pública, esvaziamento de várias cadeias industriais e ampla desnacionalização de empresas industriais e de serviços [...]”

Para Carvalho et al (2002, p. 26), este período dos anos 90 apresenta o mercado financeiro brasileiro atrativo para os bancos estrangeiros, dado que os critérios de atração são as expectativas de retornos e os marcos regulatórios (definem o escopo de atuação).

[...] o mercado brasileiro oferecia aos bancos estrangeiros alguns atrativos importantes, entre os quais a expectativa de forte aumento da demanda por serviços bancários e por crédito, e também a tradição de lucros elevados com exposição controlada a riscos de inadimplência. Além disso, havia no país um sistema bancário nacional capaz de defender suas posições e de reagir às investidas dos concorrentes recém-ingressados a ponto de condicionarem a forma de atuação dos novos rivais. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 27).

Segundo os autores, os grandes bancos brasileiros determinavam as condições de concorrência através de seu posicionamento. Durante a inflação alta conseguiram se fortalecer e foram capazes de desenvolver estratégias de antecipação à passagem para a inflação baixa.

Essa estratégia de antecipação permitiu o aproveitamento das boas condições de lucratividade do período imediatamente posterior à queda da inflação, e também uma grande capacidade de resposta às turbulências de 1995. Estudos recentes confirmam a capacidade de os bancos brasileiros defenderem seus *spreads* pela administração das taxas de juros cobradas no crédito, o que confirma a capacidade deles de preservar as estruturas e as práticas de mercado vigentes. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 27).

De acordo com Carvalho et al (2002, p. 28), a liberalização de entrada de bancos estrangeiros no país teve início em 1995 e coincidiu com a liquidação do banco Econômico (o primeiro a quebrar no Plano Real).

Para os autores, a queda da inflação e a instabilidade macroeconômica do início do Plano Real provocaram um acúmulo de bancos quebrados em poder do Banco Central. A instabilidade não se transformou em crise bancária devido a rápida intervenção do governo, de outubro de 1994 até o fim de 1995, houve intervenção do Banco Central no Econômico e no Nacional, bem como em outros 21 bancos. O sistema bancário brasileiro passou por um processo acelerado de reestruturação⁷, estimulado pelo governo, por meio dos programas de assistência de liquidez e de saneamento financeiro, o qual envolveu estímulos à privatização e/ou reestruturação dos bancos estaduais.

Em novembro de 1995, com a intervenção no Banco Nacional foi criado o Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER), por meio do qual o BCB ficou autorizado a disponibilizar recursos para que instituições financeiras sólidas adquirissem o controle acionário de bancos em dificuldades. Em fevereiro de 1997, foi criado o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), com o mesmo objetivo, mas envolvendo instrumentos e operações específicas para promover o saneamento financeiro dos bancos estaduais, preparando-os para a privatização. O PROER e o PROES definiram importantes instrumentos institucionais para a reestruturação do sistema bancário brasileiro, e viabilizaram toda uma política de atração de grandes bancos estrangeiros, além do desejado propósito governamental de reduzir a presença dos bancos públicos no sistema bancário brasileiro. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 30).

Os autores, apontam as vantagens da alta inflação para os bancos, mas alertam sobre os riscos deste cenário.

⁷ O resultado da reestruturação bancária em termos da evolução do número de instituições no período de 1996 a 2004 foi de 230 para 164 instituições, conforme tabela 13 do anexo.

A trajetória do sistema bancário brasileiro durante a alta inflação combinou altos lucros, baixo volume de empréstimos e contínuo desenvolvimento operacional e tecnológico. A inflação tende a possibilitar ganhos excepcionais aos bancos, mas tende também a ampliar seus riscos mediante o aumento da instabilidade macroeconômica e a dificuldade de antecipar, de forma correta, os efeitos das medidas de estabilização que podem vir a ser adotadas. Os elevados lucros dos bancos brasileiros com a inflação alta persistiram ao longo dos anos 1980 e no início dos anos 1990, apesar da instabilidade e das guinadas da política econômica. Ao contrário do ocorrido em outros países endividados no Brasil não houve crise bancária nesse período. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 31).

Segundo os autores, esse desempenho está ligado também à política econômica adotada para enfrentar a crise do início dos anos 80, com o setor público assumindo parte da dívida externa e dos problemas da crise cambial.

Com isso não houve quebra em massa de empresas, mesmo sob efeito combinado do corte abrupto do financiamento externo, das duas máximas valorizações cambiais de 30% (1979 e 1983), da recessão de 1981/1983, da forte alta dos juros e da retração do crédito. O apoio ao setor privado foi menos difícil e oneroso que em outros países do continente, por não ter sido precedido pela combinação de câmbio valorizado, de desregulamentação financeira e de abertura externa, tal como se deu em outros países. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 31-32).

Fez parte desse processo, de acordo com os autores, o compromisso do governo de manter a atratividade dos haveres financeiros denominados em moeda nacional. O principal instrumento eram as aplicações de curtíssimo prazo, do público, em títulos federais, com juros monitorados pelo Banco Central sinalizando ganhos reais aos aplicadores.

Ao operar como intermediários, os bancos adquiriam títulos públicos, com prazos de semanas ou de meses, os quais revendiam ao público, por um dia, mediante compromisso de recompra a preço definido. Para minimizar o risco de o custo diário de financiamento superar a rentabilidade dos títulos, o BCB assegurava financiamento diário (“zeragem automática”) aos bancos, bem como a eventual recompra dos papéis e sua substituição por outros, caso as expectativas de juros se alterassem de forma imprevista. A política monetária manteve para os bancos, ao longo desses anos, a alternativa rentável e segura de concentrar-se na intermediação de títulos da dívida pública. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 32).

Carvalho; Studart; Alves Júnior (2002, p. 33) através de um estudo do Banco Mundial citam o grande desempenho dos bancos brasileiros no período de 1981 a 1987 (período de alta inflação e mais agudo da crise da dívida externa) com dados de

rentabilidade como o retorno sobre o patrimônio líquido médio (62,3% ao ano). Cabe lembrar da intervenção do Banco Central nesse período para garantir a estabilidade do sistema nos momentos críticos.

Apesar do quadro favorável dos anos 80, segundo os autores, a maioria dos bancos reorientou sua atividade, procurando se antecipar a um futuro cenário de inflação baixa.

Foi decisivo, para tanto, o impacto do Plano Cruzado, em 1986, o qual evidenciou o peso dos ganhos inflacionários e a necessidade de reconversão rápida no caso de estabilização dos preços, em especial nos bancos de varejo. Os dois choques do governo Collor apontaram no mesmo sentido, com o fim das operações *overnight* com o público, o recolhimento compulsório sobre boa parte dos recursos não remunerados e a redução ainda maior do prazo de permanência dos tributos arrecadados. Pesaram ainda as transformações na atividade financeira nos países centrais, num quadro de rápida abertura externa. A reorientação envolveu não apenas a própria atividade bancária, mas também uma importante diversificação patrimonial externa ao setor. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 34).

Para os autores, nos anos que antecederam o Plano Real os bancos privados trataram de reduzir custos, em especial por meio de informatização. Nos últimos anos, a maioria dos bancos procurou desenvolver a prestação de serviços financeiros especializados.

Nessa linha está incluída a ampla gama de fundos mútuos de aplicação, desde os modelos padronizados legalmente (fundos de aplicação financeira, de ações, de renda fixa e de *commodities*) e suas variantes até a administração de carteiras individuais, a prestação de serviços de engenharia financeira, a estruturação de empréstimos externos, a fusões e a aquisições. Houve, em muitos casos, estratégia muito firme de encontrar um nicho de mercado e de concentrar esforços nele. A maioria dos bancos criados nos últimos anos tem esse perfil, e surgiu a partir da operação dos recursos financeiros das grandes empresas do setor produtivo, ou de corretoras, ou como filiais de grandes bancos estrangeiros. Alguns deles até têm, hoje, agências de um banco varejista, em suas dependências, contratado para fazer suas operações de banco comercial. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 35).

Segundo Paula (2000), apesar dos bancos brasileiros perderem significativas receitas proporcionadas pela alta inflação, a lucratividade média dos mesmos praticamente não se alterou a partir do segundo semestre de 1994, embora tenha sofrido oscilações importantes. (apud CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 36).

De acordo com os autores evidenciou-se nos primeiros meses do Plano Real a capacidade de antecipação dos bancos ao programa de estabilização e a rápida adaptação ao novo cenário macroeconômico (baixa inflação, abertura comercial e financeira e taxa de

câmbio sobrevalorizada através de rígidas políticas de juros e fiscal), de modo a manter sua rentabilidade.

Durante seus processos de crescimento e consolidação, os principais grupos bancários nacionais procuraram também aprofundar os investimentos em tecnologias e sistemas operacionais e de controle que aumentassem seus níveis de eficiência e rentabilidade[...] (VASCONCELOS; FUCIDJI; STRACHMAN, 2002, p. 25).

Os grandes bancos brasileiros durante a inflação alta conseguiram se fortalecer e foram capazes de desenvolver estratégias de antecipação à passagem para a inflação baixa. Aproveitaram o período imediatamente posterior à queda da inflação que foi favorável ao aumento de seus lucros e responderam bem às turbulências de 1995.

No início do Plano Real, a intervenção do governo para evitar uma crise bancária se deu através dos programas de assistência de liquidez e de saneamento financeiro com estímulos à privatização e/ou reestruturação dos bancos estaduais, que resultou num processo de reestruturação do sistema bancário brasileiro.

Os principais beneficiados com estes programas foram os grandes bancos privados nacionais e estrangeiros. Pois, através do PROER o BACEN ficou autorizado a disponibilizar recursos para que instituições financeiras sólidas adquirissem o controle acionário de bancos em dificuldades.

O PROER e o PROES definiram importantes instrumentos institucionais para reestruturação do sistema bancário brasileiro, viabilizaram uma política de atração de grandes bancos estrangeiros e reduziram a presença de bancos públicos no sistema bancário brasileiro.

Essa reestruturação atende ao novo perfil do mercado financeiro no mundo, pois viabiliza a entrada de instituições estrangeiras e a concentração bancária através de fusões, aquisições e conglomeração.

3 NÍVEIS DE CRESCIMENTO E RENTABILIDADE DOS TRÊS MAIORES BANCOS PRIVADOS NACIONAIS APÓS O PLANO REAL

De acordo com Assaf Neto (2001, p. 66), em função da política de concentração bancária desenvolvida nos últimos anos através principalmente de fusões e aquisições foram criados os conglomerados financeiros, tornando-se uma característica presente na estrutura do SFN.

O presente estudo trata de dados dos conglomerados e não apenas de dados das instituições enquanto bancos comerciais ou múltiplos.

Na página do Banco Central na rede encontra-se o *ranking* dos cinquenta maiores bancos em ativos. Excluindo-se os bancos estatais¹ e estrangeiros, os três maiores são Bradesco, Itaú e Unibanco.

Para analisar os níveis de crescimento das três instituições iniciou-se pelos dados dos ativos.

Tabela 1 – Ativos

Período	VALOR NOMINAL (R\$ milhões)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	32.653	24.445	22.796	26.631
1996	38.539	32.068	26.268	32.292
1997	61.135	46.390	28.139	45.221
1998	67.338	48.995	31.727	49.353
1999	80.324	51.911	36.038	56.091
2000	94.878	69.555	51.496	71.976
2001	110.116	81.416	55.616	82.383
2002	142.773	111.141	75.375	109.763
2003	176.098	118.738	69.632	121.489
2004	184.926	130.339	79.350	131.538

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados dos ativos em milhões de reais dos relatórios anuais das instituições, publicados nas suas páginas na rede mundial de computadores.

Nota: Os dados são dos relatórios com encerramento em 31/12 de cada ano.

Na tabela 1 encontra-se o valor dos ativos de cada instituição e constata-se um aumento a cada ano, com exceção do Unibanco em 2003, que segundo seu relatório deste

¹ Neste grupo está o Banco do Brasil que é de economia mista, ou seja banco estatal com participação privada.

ano, publicado na sua página na rede mundial de computadores, não foi convidado para ser *dealer*² do Banco Central para repassar recursos no montante de R\$ 8 bilhões, como ocorreu em 2002.

Apesar do Unibanco em 2003, obter uma redução no volume dos seus ativos, todos os demais períodos e instituições apresentaram índices de crescimento. Considerando como referência a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deste período, o nível de crescimento das instituições em questão é bastante contrastante com a realidade econômica do país.

O efeito da implantação do Plano Real para os grandes bancos é uma expansão dos seus ativos, com uma variação percentual em 2004 de 466% (Bradesco), 433% (Itaú) e 248% (Unibanco), tendo como base o ano de 1995.

Tabela 2 – Variação acumulada dos ativos

Período	ÍNDICE DE VARIAÇÃO NOMINAL (1995=100)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	100	100	100	100
1996	118	131	115	121
1997	187	190	123	170
1998	206	200	139	185
1999	246	212	158	211
2000	291	285	226	270
2001	337	333	244	309
2002	437	455	331	412
2003	539	486	305	456
2004	566	533	348	494

Fonte: Elaborado pelo autor.

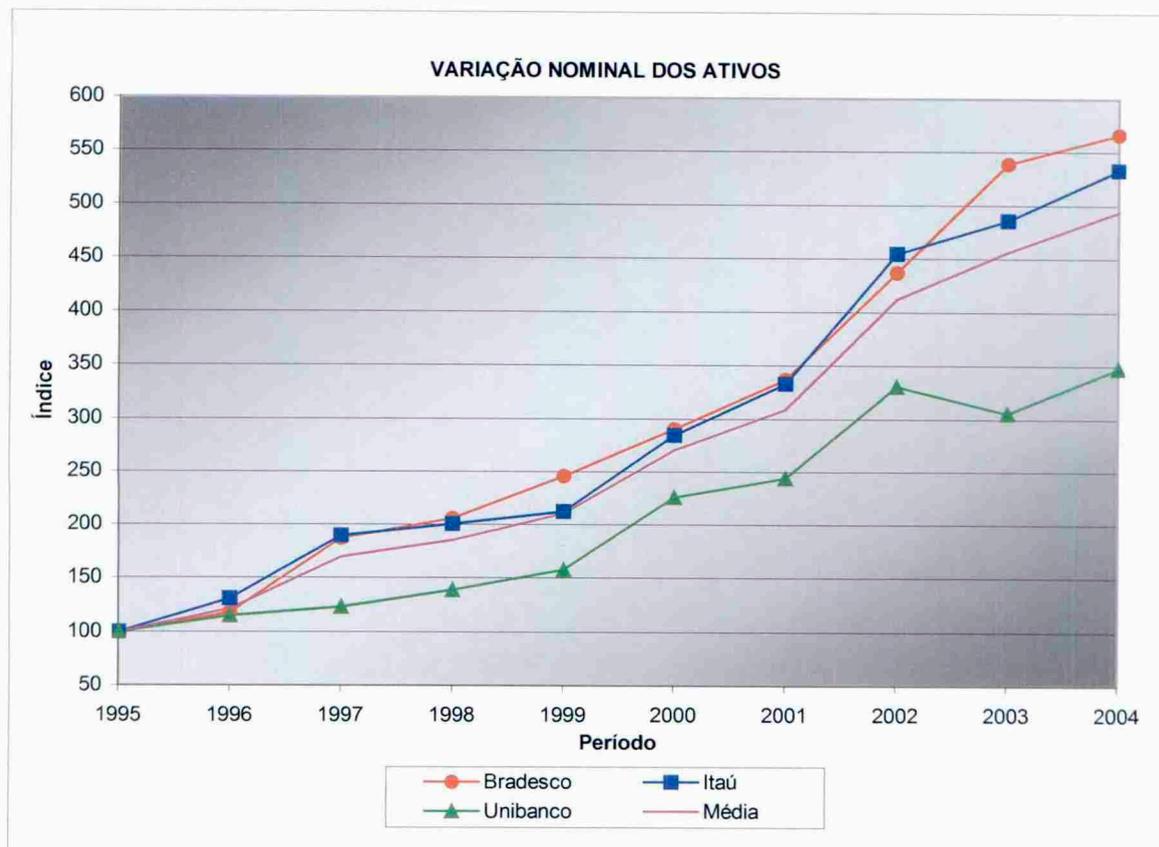
Notas: O nível dos ativos do ano de 1995 foi utilizado como base fixa.

Índice de variação = ativos (t) / ativos (1995) * 100

Através do gráfico 1 é possível visualizar as curvas de variação acumulada das três instituições. De um modo geral as três curvas seguem uma tendência de crescimento. As posições das curvas de variação dos ativos, indica que o Bradesco obteve o melhor desempenho no crescimento, seguido pelo Itaú e com desempenho abaixo da média das três instituições aparece o Unibanco. Com exceção do Unibanco que em 2003 obteve uma queda, os demais bancos apresentaram crescimento contínuo no período de 1996 a 2004.

² *Dealers* são instituições financeiras credenciadas que operam em nome do Banco Central.

Gráfico 1 – Variação acumulada dos ativos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para uma análise do crescimento dos ativos em termos reais, foram deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA) para preços de 1995, os valores nominais dos ativos.

Tabela 3 – Ativos corrigidos pelo IPCA

Período	VALOR REAL (R\$ milhões)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	32.653	24.445	22.796	26.631
1996	35.176	29.270	23.976	29.474
1997	53.027	40.238	24.407	39.224
1998	57.461	41.808	27.073	42.114
1999	62.915	40.660	28.227	43.934
2000	70.129	51.412	38.063	53.202
2001	75.588	55.887	38.177	56.550
2002	87.094	67.798	45.980	66.957
2003	98.280	66.267	38.861	67.803
2004	95.921	67.607	41.159	68.229

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IPCA da tabela 1 do anexo.

Nota: Valor real = valor nominal / IPCA acumulado (t) * IPCA (1995=100)

A variação real acumulada dos ativos retrata uma significativa redução do crescimento em relação a variação nominal, enquanto a média do crescimento dos três bancos no período em termos nominais foi de 394%, em termos reais foi de 156%. Mas se comparado com o crescimento do PIB que foi de 21,65%, os grandes bancos crescem a taxas elevadas.

Tabela 4 – Variação real acumulada dos ativos

Período	ÍNDICE DE VARIAÇÃO REAL (1995=100)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	100	100	100	100
1996	108	120	105	111
1997	162	165	107	147
1998	176	171	119	158
1999	193	166	124	165
2000	215	210	167	200
2001	231	229	167	212
2002	267	277	202	251
2003	301	271	170	255
2004	294	277	181	256

Fonte: Elaborado pelo autor.

Notas: O nível dos ativos do ano de 1995 foi utilizado como base fixa.

Índice de variação real = ativos corrigidos (t) / ativos (1995) * 100

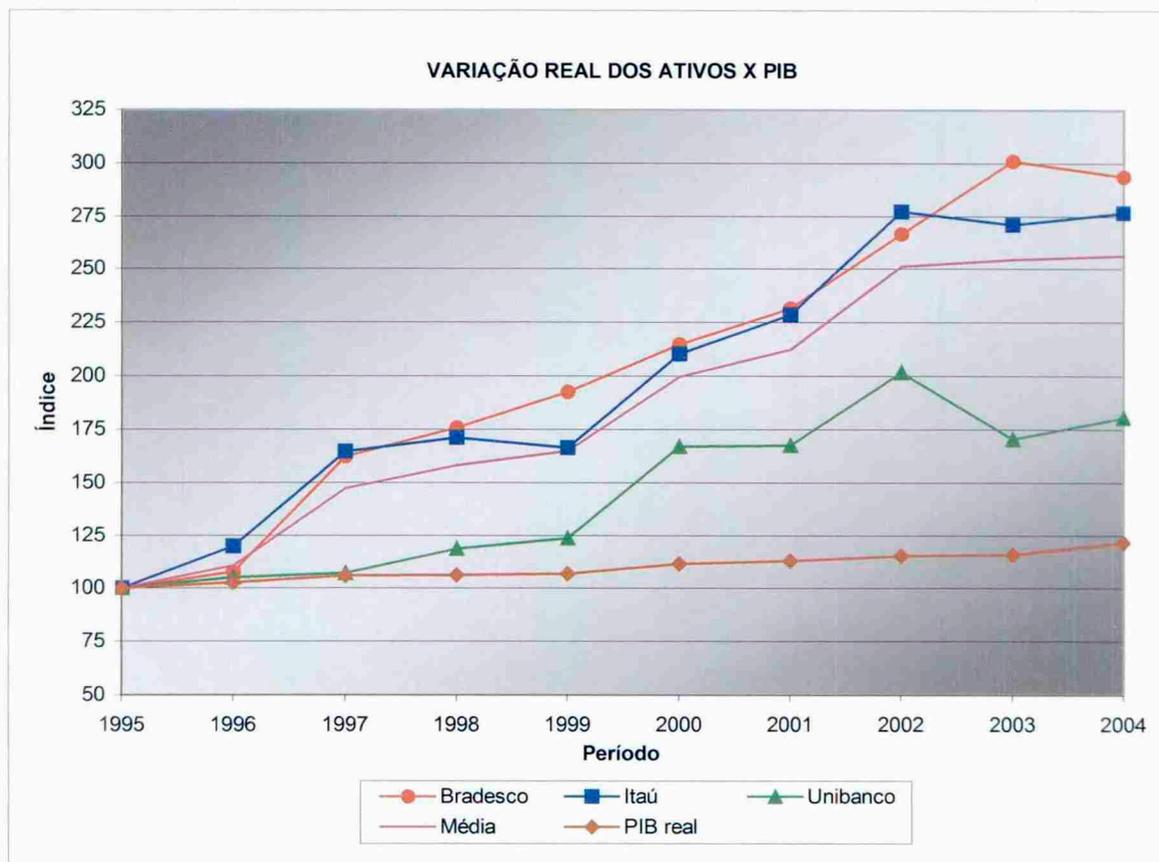
Tabela 5 – Variação real e nominal acumuladas do Produto Interno Bruto (PIB)

Período	NÚMERO ÍNDICE DE VARIAÇÃO	
	Real	Nominal
1995	100	100
1996	102,66	120,53
1997	106,02	134,75
1998	106,16	141,47
1999	106,99	150,71
2000	111,66	170,42
2001	113,12	185,51
2002	115,30	208,30
2003	115,93	240,82
2004	121,65	273,39

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados das tabelas 2 e 3 do anexo.

Através do gráfico 2, é possível visualizar a grande diferença entre o crescimento médio dos ativos das três instituições e o crescimento do PIB, retratando como o Plano Real tem beneficiado os grandes bancos.

Gráfico 2 – Variação real acumulada dos ativos e do Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise do Patrimônio Líquido seguiu a mesma metodologia de análise dos Ativos, utilizando o índice acumulado de variação do P. L.

Na tabela 6 estão relacionados os valores do P. L. de cada instituição com aumentos sucessivos a cada ano.

Tabela 6 – Patrimônio Líquido (P. L.)

Período	VALOR NOMINAL (R\$ milhões)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	4.842	3.337	1.968	3.382
1996	5.460	3.842	2.154	3.819
1997	5.573	4.198	2.630	4.134
1998	6.321	4.651	2.906	4.626
1999	6.769	5.907	4.002	5.559
2000	8.092	6.642	5.504	6.746
2001	9.768	7.578	6.072	7.806
2002	10.846	9.036	6.559	8.814
2003	13.547	11.879	7.156	10.861
2004	15.215	13.971	8.106	12.431

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Patrimônio Líquido em milhões de reais dos relatórios anuais das instituições, publicados nas suas páginas na rede mundial de computadores.

Nota: Os dados são dos relatórios com encerramento em 31/12 de cada ano.

Conforme a tabela 7, os valores obtidos com os cálculos dos índices de variação do P. L. das três instituições foram sempre crescentes em todo o período em análise, confirmando que o P. L. de cada instituição tem aumentado a cada ano.

Tabela 7 – Variação acumulada do Patrimônio Líquido

Período	ÍNDICE DE VARIAÇÃO NOMINAL (1995=100)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	100	100	100	100
1996	113	115	109	113
1997	115	126	134	122
1998	131	139	148	137
1999	140	177	203	164
2000	167	199	280	199
2001	202	227	309	231
2002	224	271	333	261
2003	280	356	364	321
2004	314	419	412	368

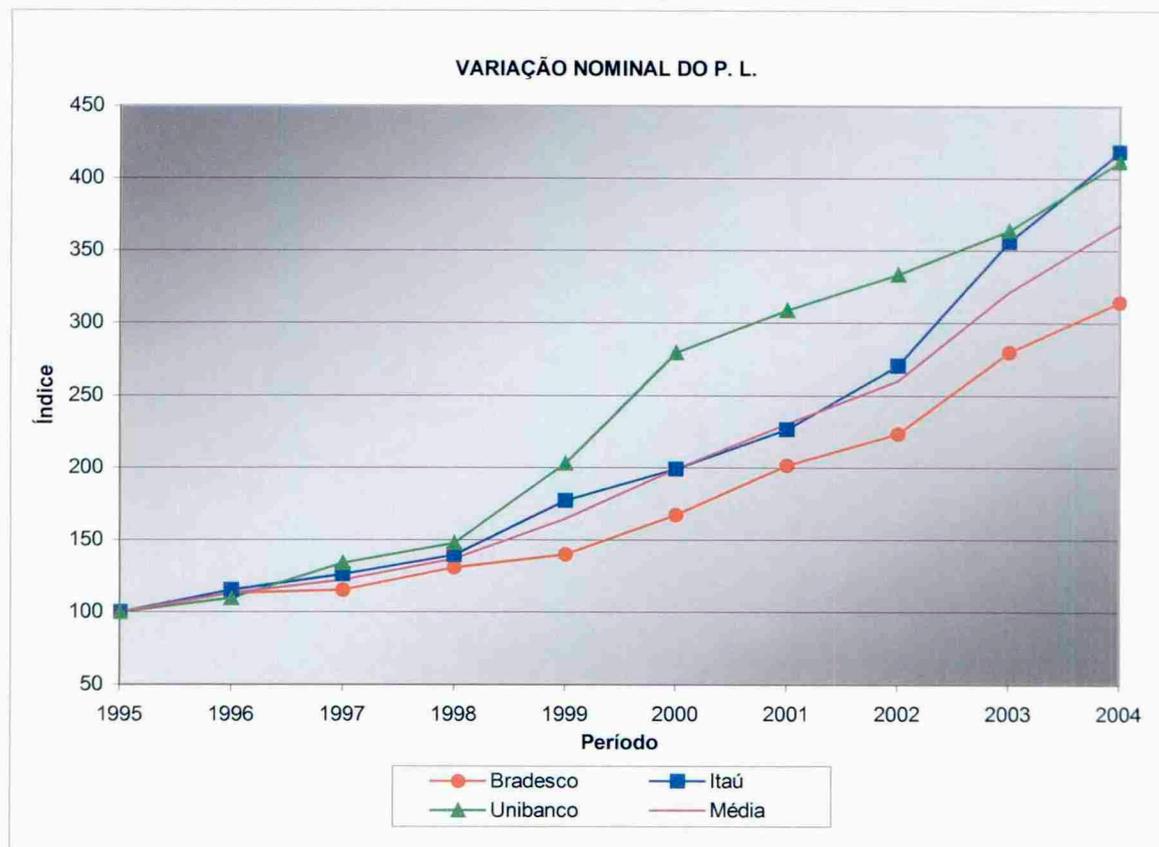
Fonte: Elaborado pelo autor.

Notas: O nível do P. L. do ano de 1995 foi utilizado como base fixa.

Índice de variação = P. L. (t) / P. L. (1995) * 100

Há alterações nas posições das curvas do P. L. comparadas com as dos ativos, o Itaú apresenta o melhor desempenho no crescimento, seguido pelo Unibanco e com desempenho abaixo da média o Bradesco, como podemos visualizar no gráfico 3.

Gráfico 3 – Variação acumulada do Patrimônio Líquido



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim como no caso dos ativos quando deflacionados, o P. L. em 2004 é quase a metade em termos reais do P. L. em termos nominais.

Tabela 8 – Patrimônio Líquido corrigido pelo IPCA

Período	VALOR REAL (R\$ milhões)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	4.842	3.337	1.968	3.382
1996	4.984	3.507	1.966	3.485
1997	4.834	3.641	2.281	3.585
1998	5.394	3.969	2.480	3.947
1999	5.302	4.627	3.135	4.354
2000	5.981	4.909	4.068	4.986
2001	6.705	5.202	4.168	5.358
2002	6.616	5.512	4.001	5.376
2003	7.561	6.630	3.994	6.061
2004	7.892	7.247	4.205	6.448

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IPCA da tabela 1 do anexo.

Nota: Valor real = valor nominal / IPCA acumulado (t) * IPCA (1995=100)

Novamente se constata um crescimento bem acima do crescimento do PIB brasileiro do período. O crescimento de 2004 em relação a 1995 foi de 63% no Bradesco, 117% no Itaú e 114% no Unibanco, retratando o grande impacto do Plano Real para os grandes bancos.

Tabela 9 – Variação real acumulada do Patrimônio Líquido

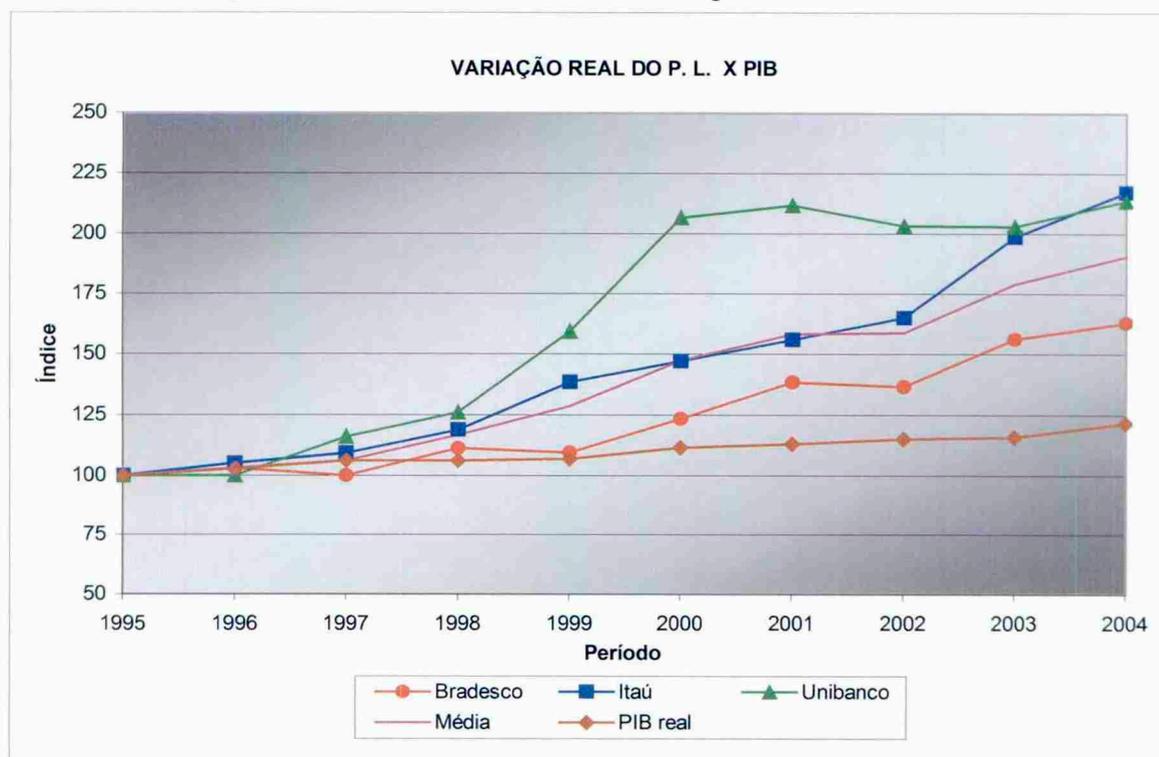
Período	ÍNDICE DE VARIAÇÃO REAL (1995=100)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	100	100	100	100
1996	103	105	100	103
1997	100	109	116	106
1998	111	119	126	117
1999	109	139	159	129
2000	124	147	207	147
2001	138	156	212	158
2002	137	165	203	159
2003	156	199	203	179
2004	163	217	214	191

Fonte: Elaborado pelo autor.

Notas: O nível do Patrimônio Líquido do ano de 1995 foi utilizado como base fixa.

Índice de variação real = P. L. corrigidos (t) / P. L. (1995) * 100

Gráfico 4 – Variação real acumulada do Patrimônio Líquido e do PIB



Fonte: Elaborado pelo autor.

No período de 1999 a 2001, o Unibanco apresenta um desempenho bem acima da média, conforme podemos constatar no gráfico 4.

As incorporações de outros bancos por estas instituições contribuíram para o bom desempenho do Patrimônio Líquido.

Na análise do crescimento do lucro líquido também foi utilizado o índice de variação acumulado.

A tabela 10 possibilita uma visualização do ganho em reais das instituições, bem como seu espantoso crescimento no período.

Tabela 10 – Lucro Líquido (L. L.)

Período	VALOR NOMINAL (R\$ milhões)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	540	343	155	346
1996	824	592	285	567
1997	831	721	431	661
1998	1.012	880	454	782
1999	1.105	1.869	591	1.188
2000	1.740	1.841	739	1.440
2001	2.170	2.389	972	1.844
2002	2.023	2.377	1.010	1.803
2003	2.306	3.152	1.052	2.170
2004	3.060	3.776	1.283	2.706

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Lucro Líquido em milhões de reais dos relatórios anuais das instituições, publicados nas suas páginas na rede mundial de computadores.

Nota: Os dados são dos relatórios com encerramento em 31/12 de cada ano.

Os cálculos dos índices de variação do lucro líquido como consta na tabela 11 não foram sempre crescentes. Com exceção do Unibanco, o Itaú apresentou queda em 2000 e 2002 e o Bradesco em 2002, mas tiveram pouco significado diante dos demais índices, influenciando muito pouco no crescimento de 2004 em relação a base, que foi de 467% (Bradesco), 1001% (Itaú) e 728% (Unibanco). No período de 2004 em relação a 1995, o crescimento é de dez vezes no lucro do Itaú, que revela também o efeito positivo do Plano Real para os grandes bancos.

Tabela 11 – Variação acumulada do Lucro Líquido

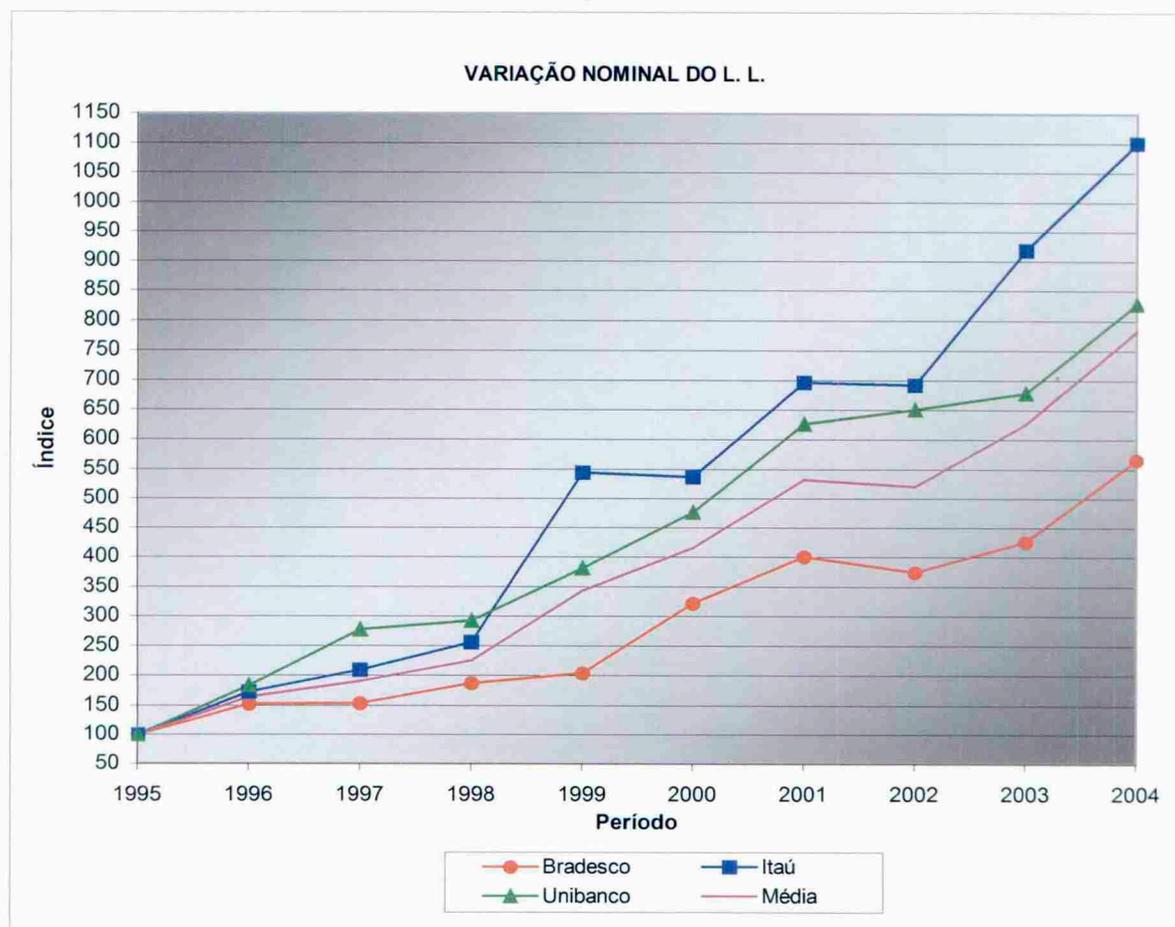
Período	ÍNDICE DE VARIAÇÃO NOMINAL (1995=100)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	100	100	100	100
1996	153	173	184	164
1997	154	210	278	191
1998	187	257	293	226
1999	205	545	381	343
2000	322	537	477	416
2001	402	697	627	533
2002	375	693	652	521
2003	427	919	679	627
2004	567	1101	828	782

Fonte: Elaborado pelo autor.

Notas: O nível do Lucro Líquido do ano de 1995 foi utilizado como base fixa (1995=100).

Índice de variação = $L. L. (t) / L. L. (1995) * 100$

Gráfico 5 - Variação acumulada do Lucro Líquido



Fonte: Elaborado pelo autor.

Através do gráfico 5, podemos perceber uma tendência de crescimento nos lucros dos bancos. O Itaú apresenta a melhor posição e na seqüência o Unibanco e com desempenho abaixo da média, o Bradesco.

Segundo dados dos relatórios dos bancos, a expansão do lucro dos grandes bancos no final deste período tem quatro origens principais: i) as instituições ampliaram o número de serviços que são tarifados; ii) a base de clientes foi aumentada; iii) aumentaram as receitas com cartões de crédito e fundos de previdência privada; iv) além do ganhos com juros seja através de títulos públicos ou concedendo crédito com *spread* elevado.

Ainda, de acordo com informações dos relatórios dos bancos, em 2003, as receitas com prestação de serviços do banco Bradesco cresceram 11,3% em relação a 2002, do banco Itaú cresceram 15% e do Unibanco 8,5%, no caso do Itaú colaboraram para esta expansão as aquisições do BBA e do Banco Fiat. O Bradesco adquiriu o BBV e a financeira Zogbi. O Unibanco comprou a financeira Creditec.

A variação dos lucros em termos reais da média das três instituições foi de 306% no período, um crescimento bastante elevado quando comparado com o crescimento real do PIB.

Tabela 12 - Lucro Líquido corrigido pelo IPCA

Período	VALOR REAL (R\$ milhões)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	540	343	155	346
1996	752	540	260	518
1997	721	625	374	573
1998	864	751	387	667
1999	866	1.464	463	931
2000	1.286	1.361	546	1.064
2001	1.490	1.640	667	1.266
2002	1.234	1.450	616	1.100
2003	1.287	1.759	587	1.211
2004	1.587	1.959	665	1.404

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IPCA da tabela 1 do anexo.

Nota: Valor real = valor nominal / IPCA acumulado (t) * IPCA (1995=100)

De acordo com seu relatório de 1999, o Itaú experimentou um crescimento excepcional em seu lucro líquido, favorecido em parte pela desvalorização cambial (adoção do sistema livre de flutuação cambial), através da valorização contábil dos investimentos no exterior.

Nos três níveis de crescimento o Bradesco obteve o melhor desempenho em ativos, o Itaú e Unibanco desempenhos bem próximos em Patrimônio Líquido e o Itaú o melhor desempenho em Lucro Líquido.

Tabela 13 – Variação real acumulada Lucro Líquido

Período	ÍNDICE DE VARIAÇÃO REAL (1995=100)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	100	100	100	100
1996	139	158	168	150
1997	133	182	241	166
1998	160	219	250	193
1999	160	427	299	269
2000	238	397	352	308
2001	276	478	430	366
2002	229	423	397	318
2003	238	513	379	350
2004	294	571	429	406

Fonte: Elaborado pelo autor.

Notas: O nível do Lucro Líquido do ano de 1995 foi utilizado como base fixa.

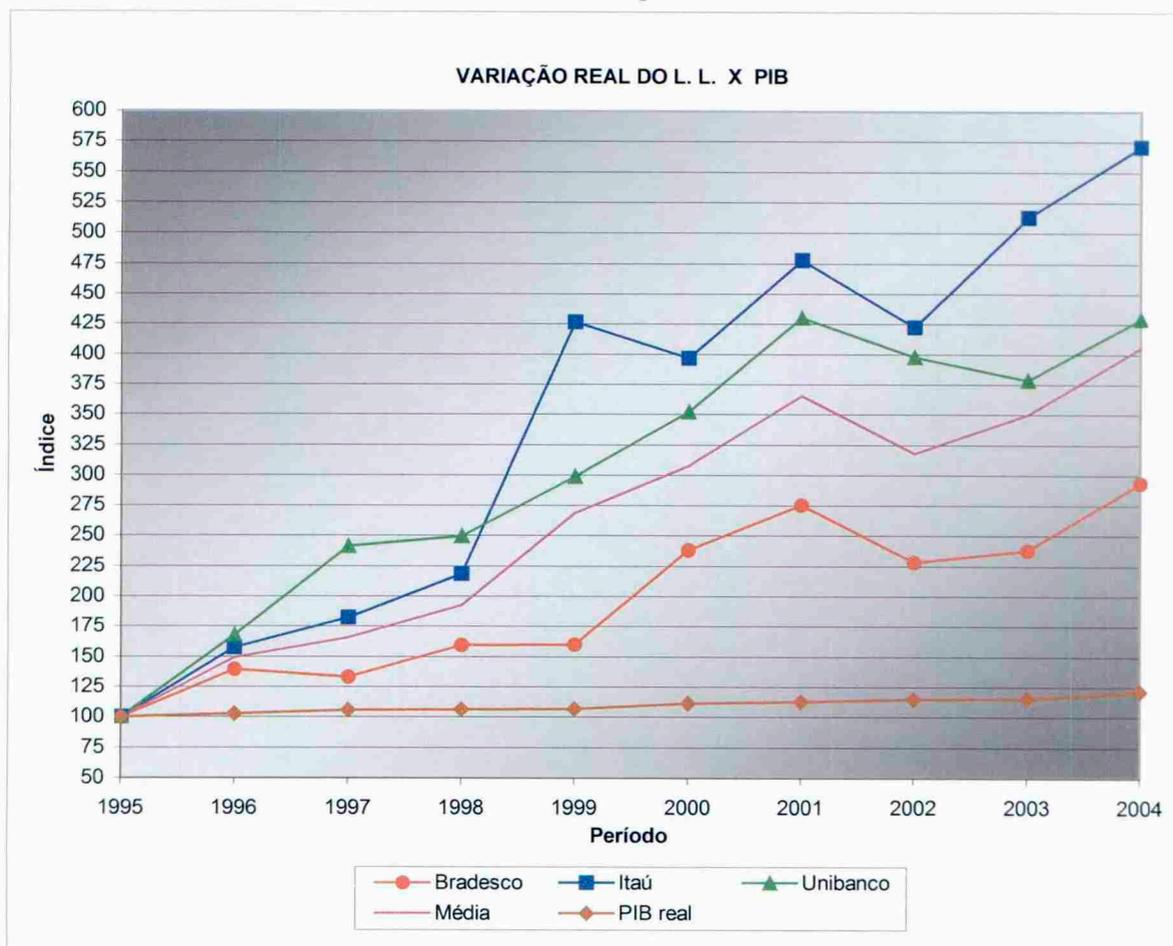
Índice de variação real = L. L. corrigidos (t) / L. L. (1995) * 100

Na análise dos níveis de rentabilidade das três instituições iniciou-se pelo retorno sobre os ativos (ROA, – *Return on Assets*), avaliação do desempenho das empresas pela ótica do retorno obtido com base no total dos ativos.

A palavra rentabilidade ou lucratividade refere-se a uma medida relativa, trata-se do lucro em relação a alguma coisa. Entre as empresas o habitual é relacionar o lucro ao capital investido, ao Patrimônio Líquido (modelo ROE – *Return on Equity*), que significa, percentualmente, quanto cada unidade monetária do Patrimônio foi capaz de gerar de lucro.

É do negócio bancário administrar recursos de terceiros, o ROA representa uma medida do grau de desempenho com que uma empresa explora, em proveito próprio, o conjunto de recursos à sua disposição.

Gráfico 6 - Variação real acumulada do Lucro Líquido e do PIB



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 14 – Retorno sobre Ativos (ROA)

Período	RENTABILIDADE (%)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média (1)
1995	1,65	1,40	0,90	1,30
1996	2,13	1,80	1,20	1,76
1997	1,40	1,60	1,60	1,46
1998	1,50	1,80	1,50	1,58
1999	1,40	3,60	1,70	2,12
2000	1,80	2,60	1,80	2,00
2001	2,00	2,90	1,80	2,24
2002	1,40	2,10	1,50	1,64
2003	1,30	2,70	1,50	1,79
2004	1,70	2,90	1,70	2,06

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Retorno sobre Ativos em percentual, dos relatórios anuais das instituições, publicados nas suas páginas na rede mundial de computadores.

Nota: Os dados são dos relatórios com encerramento em 31/12 de cada ano.

(1) Foram utilizados para cálculo da média os ativos e lucro líquido médios.

A rentabilidade acumulada dos ativos no período, confirma a capacidade dos grandes bancos em gerar lucros através da administração de recursos de terceiros.

A média dos três bancos ficou em 17,93%, com destaque para o Itaú que ficou acima da média com retorno sobre ativos em 24,26%.

Em relação ao crescimento acumulado do ROA, a média das três instituições ficou em 58,36%, com o Bradesco apresentando crescimento abaixo da média.

Tabela 15 - Retorno sobre Ativos acumulado

Período	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO (1995=100)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	100	100	100	100
1996	102,13	101,80	101,20	101,76
1997	103,56	103,43	102,82	103,24
1998	105,11	105,29	104,36	104,88
1999	106,58	109,08	106,14	107,10
2000	108,50	111,92	108,05	109,24
2001	110,67	115,16	109,99	111,69
2002	112,22	117,58	111,64	113,52
2003	113,68	120,76	113,32	115,55
2004	115,61	124,26	115,24	117,93

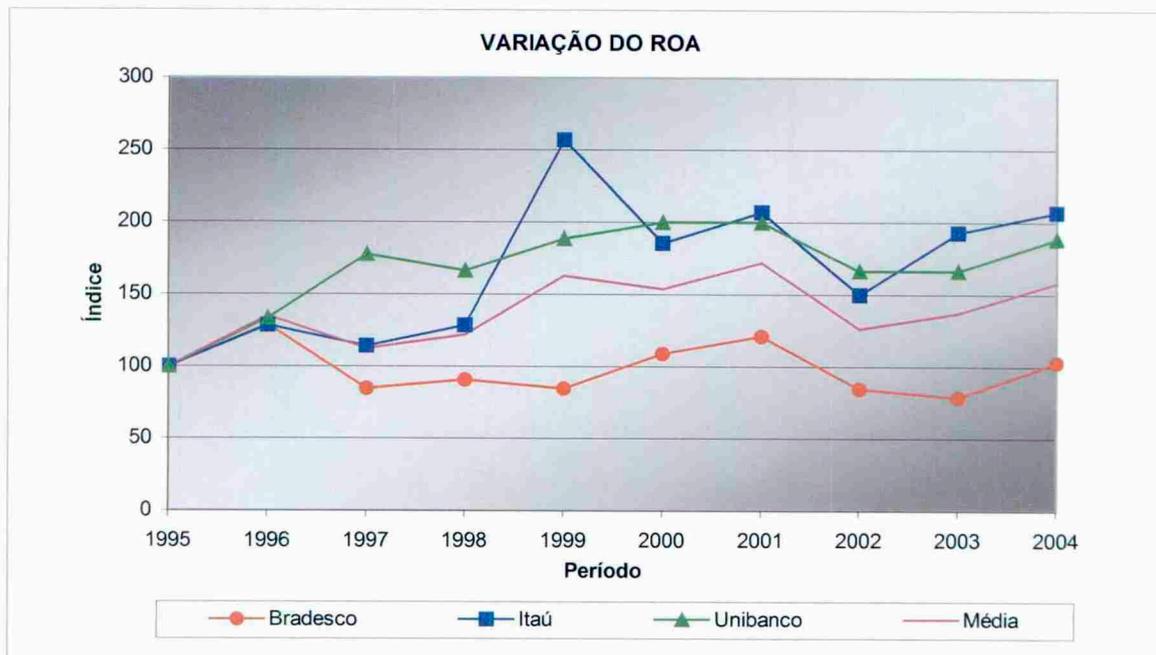
Fonte: Elaborado pelo autor com dados das tabelas 8 e 9 do anexo.

Tabela 16 – Variação acumulada do ROA

Período	ÍNDICE DE VARIAÇÃO (1995=100)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	100	100	100	100
1996	129,09	128,57	133,33	135,15
1997	84,85	114,29	177,78	112,51
1998	90,91	128,57	166,67	121,96
1999	84,85	257,14	188,89	163,07
2000	109,09	185,71	200,00	153,99
2001	121,21	207,14	200,00	172,25
2002	84,85	150,00	166,67	126,46
2003	78,79	192,86	166,67	137,48
2004	103,03	207,14	188,89	158,36

Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 7 – Variação acumulada do ROA



Fonte: Elaborado pelo autor.

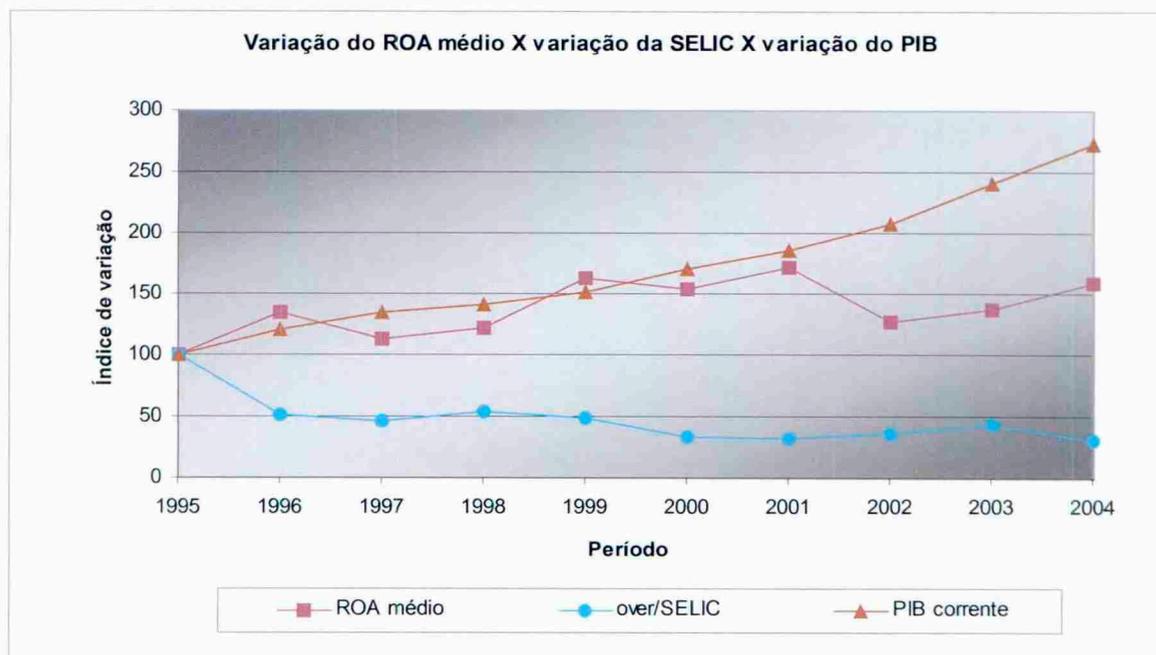
Apesar da boa rentabilidade acumulada, uma comparação do crescimento do ROA médio com o crescimento do PIB corrente e com a *over*/SELIC nominal, constata-se um crescimento do ROA abaixo do PIB e acima da SELIC.

Tabela 17 – Variação acumulada da *over*/SELIC

Período	ÍNDICE DE VARIAÇÃO	
	Real	Nominal
1995	100	100
1996	65,00	51,64
1997	74,19	46,69
1998	106,53	54,23
1999	60,98	48,20
2000	43,14	32,84
2001	35,74	32,62
2002	23,55	36,12
2003	51,28	43,98
2004	32,06	30,60

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados das tabelas 4 e 5 do anexo.

Nota: Índice de variação = Taxa SELIC (t) / Taxa SELIC (1995) * 100

Gráfico 8 – Variação do ROA médio, da *over*/SELIC nominal e do PIB corrente

Fonte: Elaborado pelo autor.

No modelo ROE de lucratividade ou rentabilidade os bancos em questão apresentam números significativos no período de 1995 a 2004.

Tabela 18 – Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE)

Período	RENTABILIDADE (%)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média (1)
1995	11,15	10,30	11,70	10,23
1996	15,10	15,40	13,80	14,85
1997	14,90	17,20	18,00	15,99
1998	16,02	18,90	16,40	16,90
1999	16,32	31,60	18,50	21,38
2000	21,50	27,70	17,50	21,35
2001	22,20	31,50	16,80	23,62
2002	18,70	26,30	16,00	20,46
2003	17,00	26,50	15,30	19,98
2004	20,10	27,00	16,80	21,77

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Retorno sobre P. L. em percentual, dos relatórios anuais das instituições, publicados nas suas páginas na rede mundial de computadores.

Nota: Os dados são dos relatórios com encerramento em 31/12 de cada ano.

(1) Foram utilizados para cálculo da média o patrimônio e lucro líquido médios.

O ROE acumulado do período comparado com a *over*/SELIC nominal acumulada, confirma a relação direta entre os dois níveis de rentabilidade.

Tabela 19 – Retorno sobre Patrimônio Líquido acumulado

Período	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO (1995=100)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	100	100	100	100
1996	115,10	115,40	113,80	114,85
1997	132,25	135,25	134,28	133,21
1998	153,44	160,81	156,31	155,73
1999	178,48	211,63	185,22	189,02
2000	216,85	270,25	217,64	229,37
2001	264,99	355,38	254,20	283,54
2002	314,54	448,84	294,87	341,56
2003	368,02	567,78	339,99	409,80
2004	441,99	721,08	397,11	499,02

Fonte: Elaborado pelo autor com dados das tabelas 10 e 11 do anexo.

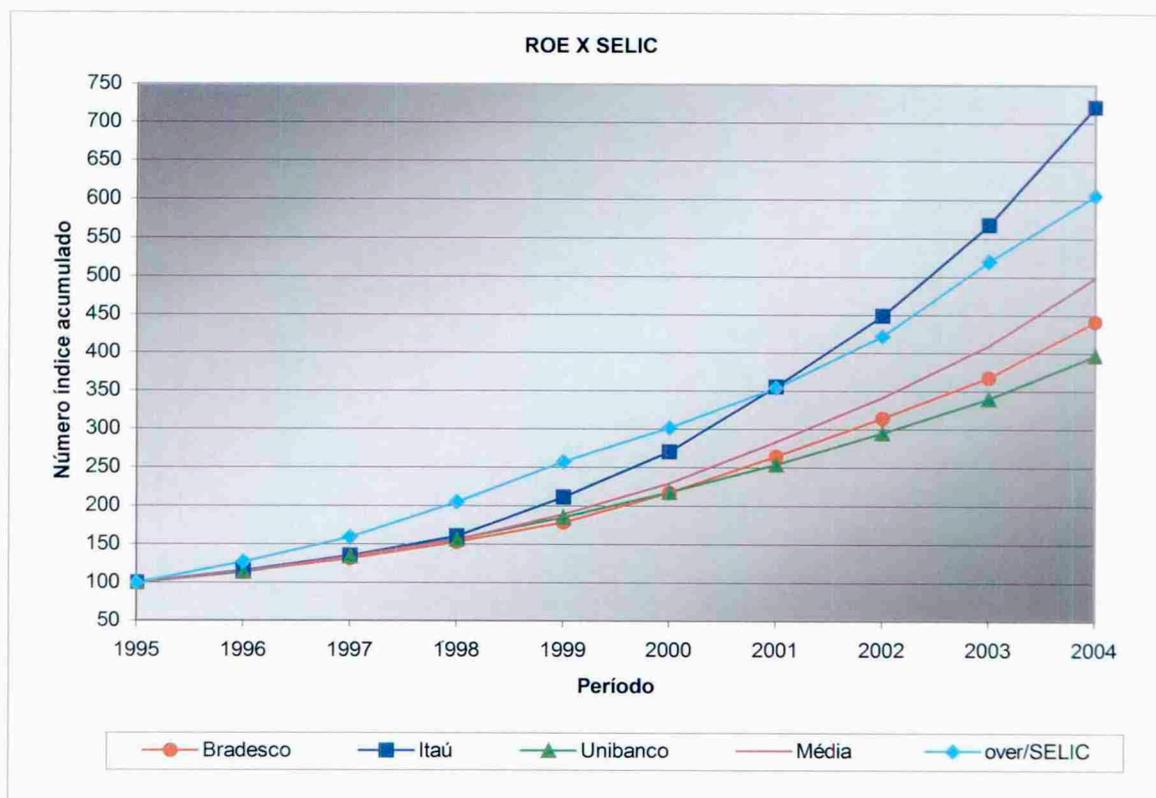
Tabela 20 – Taxa *over*/SELIC real e nominal acumuladas

Período	NÚMERO ÍNDICE	
	Real	Nominal
1995	100	100
1996	116,29	127,41
1997	137,91	158,99
1998	174,73	204,77
1999	201,43	257,16
2000	223,20	301,99
2001	243,20	354,29
2002	257,55	422,22
2003	290,65	520,78
2004	313,99	605,39

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados das tabelas 4 e 5 do anexo.

O gráfico 9, permite a constatação de que o Retorno sobre P. L. segue uma trajetória semelhante e bem próxima à SELIC.

Em relação ao crescimento do ROE, o gráfico 10 retrata com destaque a superioridade da eficiência do Itaú.

Gráfico 9 – Níveis de ROE e de *over*/SELIC nominais

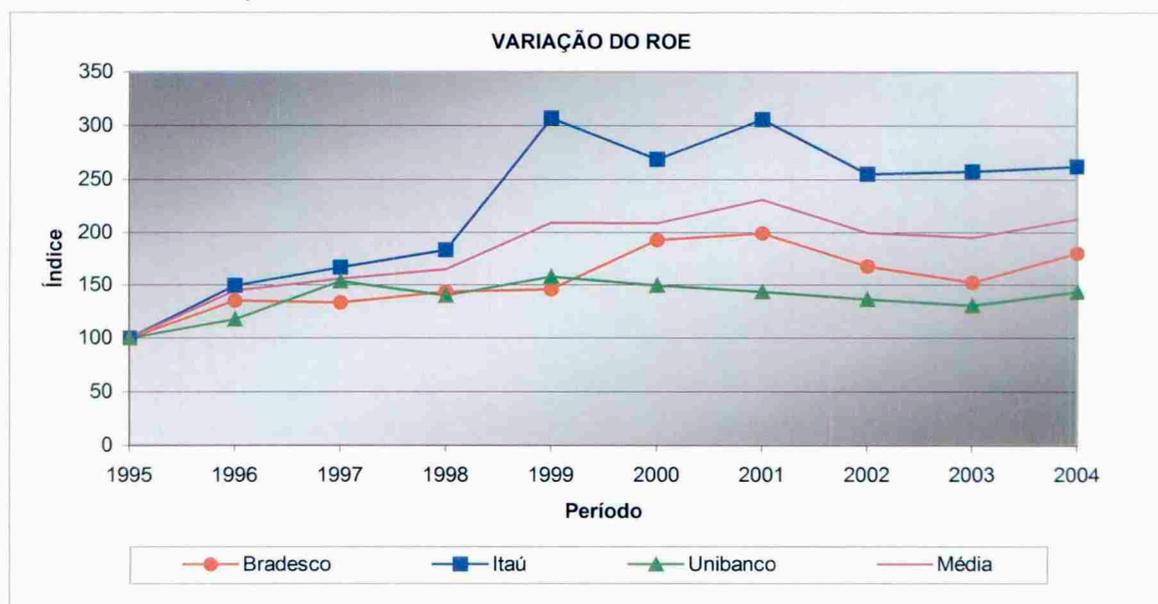
Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 21 – Variação acumulada do ROE

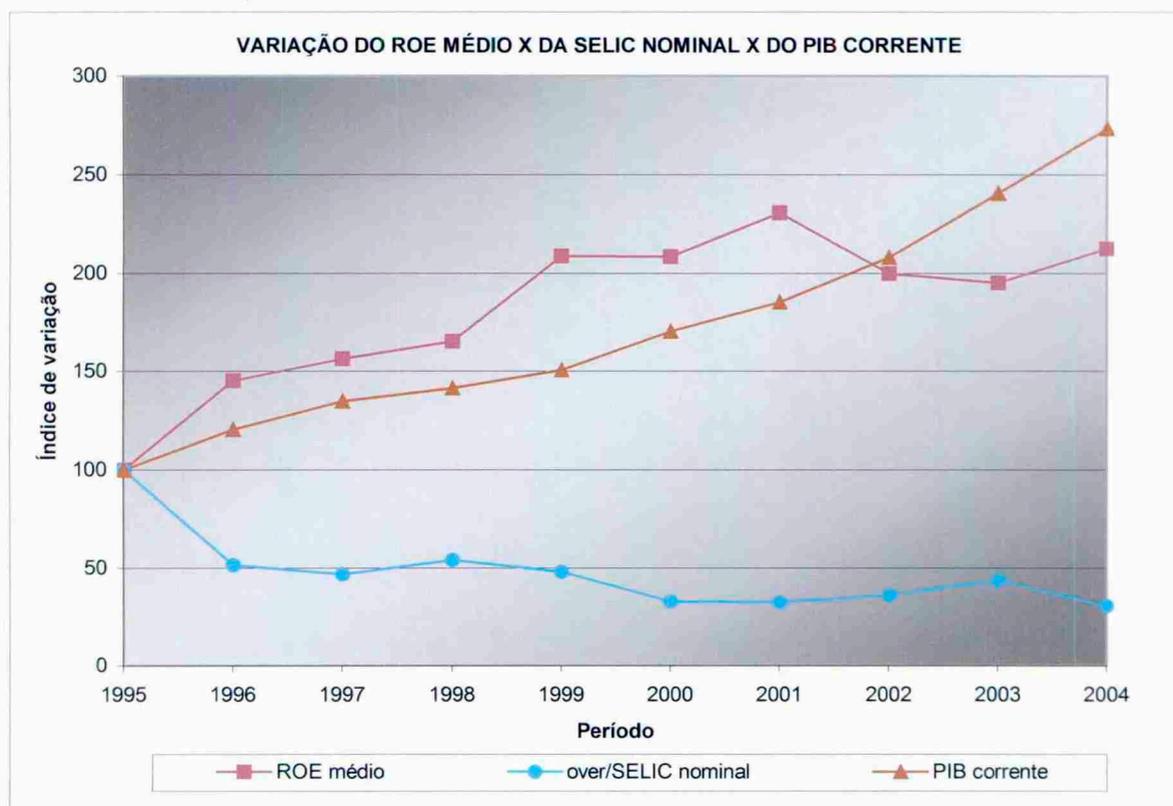
Período	ÍNDICE DE VARIAÇÃO NOMINAL (1995=100)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	100	100	100	100
1996	135,43	149,51	117,95	145,15
1997	133,63	166,99	153,85	156,32
1998	143,68	183,50	140,17	165,25
1999	146,37	306,80	158,12	208,96
2000	192,83	268,93	149,57	208,67
2001	199,10	305,83	143,59	230,88
2002	167,71	255,34	136,75	200,01
2003	152,47	257,28	130,77	195,32
2004	180,27	262,14	143,59	212,83

Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 10 – Variação acumulada do ROE



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 11 – Variação do ROE médio, da *over*/SELIC e do PIB corrente

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na comparação dos níveis de crescimento, conforme o gráfico 11 constata-se um crescimento do ROE médio abaixo do PIB e acima da SELIC.

O lucro dos grandes bancos privados que sobreviveram à queda da inflação no Brasil aumentou de 5 a 10 vezes após o Plano Real.

Apesar dos resultados extremamente positivos, muito se debate sobre a eficiência do Sistema Bancário Nacional.

[...] os bancos privados nacionais vêm apresentando desde 1995 a mais alta taxa média de rentabilidade patrimonial [calculado pela proporção do lucro líquido sobre o patrimônio líquido], e conseguiram chegar ao final do período analisado (junho de 2001) com rentabilidade mais alta que a observada em dezembro de 1994; [...] O desempenho favorável do grupo de bancos privados nacionais deve-se principalmente pela evolução do índice de rentabilidade dos seus três maiores integrantes, Bradesco, Itaú e Unibanco. [...] (VASCONCELOS; FUCIDJI; STRACHMAN, 2002, p. 15).

A partir de 1994 houve uma profunda mudança na formação da rentabilidade do Sistema Bancário Nacional. O Plano Real, que teve como foco principal a estabilização inflacionária atingiu seu objetivo já no início. No entanto, o negócio bancário nacional poderia ter se tornado inviável, uma vez que ele perderia sua principal fonte de receita, o *floating* propiciado pela alta inflação.

Inicialmente muitas instituições tentaram se adaptar ao novo cenário econômico ampliando suas carteiras de crédito de forma ineficiente, agravando suas situações, em função da crise de inadimplência que se seguiu a explosão do crédito e do consumo. Muitas instituições foram socorridas pelo PROER para depois serem incorporadas pelas grandes nacionais mais eficientes ou pelas estrangeiras.

As instituições privadas nacionais que resistiram ao teste da implantação do Plano Real rapidamente se adaptaram ao novo cenário econômico concentrando seus esforços na ampliação de cobrança de tarifas, venda de produtos como capitalizações, seguros e previdência privada, como também redução de custos operacionais através da racionalização dos processos, buscando reduzir as despesas administrativas e de pessoal para se adequar a padrões mais competitivos. Esta redução foi possível não apenas pela maior concentração bancária devido a fusões, incorporações e privatizações, como também à maior terceirização de serviços e ao maior uso de tecnologia na atividade.

Mas a formação da rentabilidade do Sistema Bancário Nacional se concentrou no financiamento do déficit público, via títulos, recebendo como pagamento juros elevados sobre o capital investido.

Tabela 22 – Variação real e nominal acumuladas da Dívida Mobiliária Federal

Período	ÍNDICE DE VARIAÇÃO	
	Real	Nominal
1995	100	100
1996	148,25	162,43
1997	204,29	235,52
1998	254,74	298,53
1999	299,56	382,45
2000	347,96	470,75
2001	394,88	575,27
2002	350,42	574,44
2003	376,50	674,61
2004	387,41	746,88

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados das tabelas 6 e 7 do anexo.

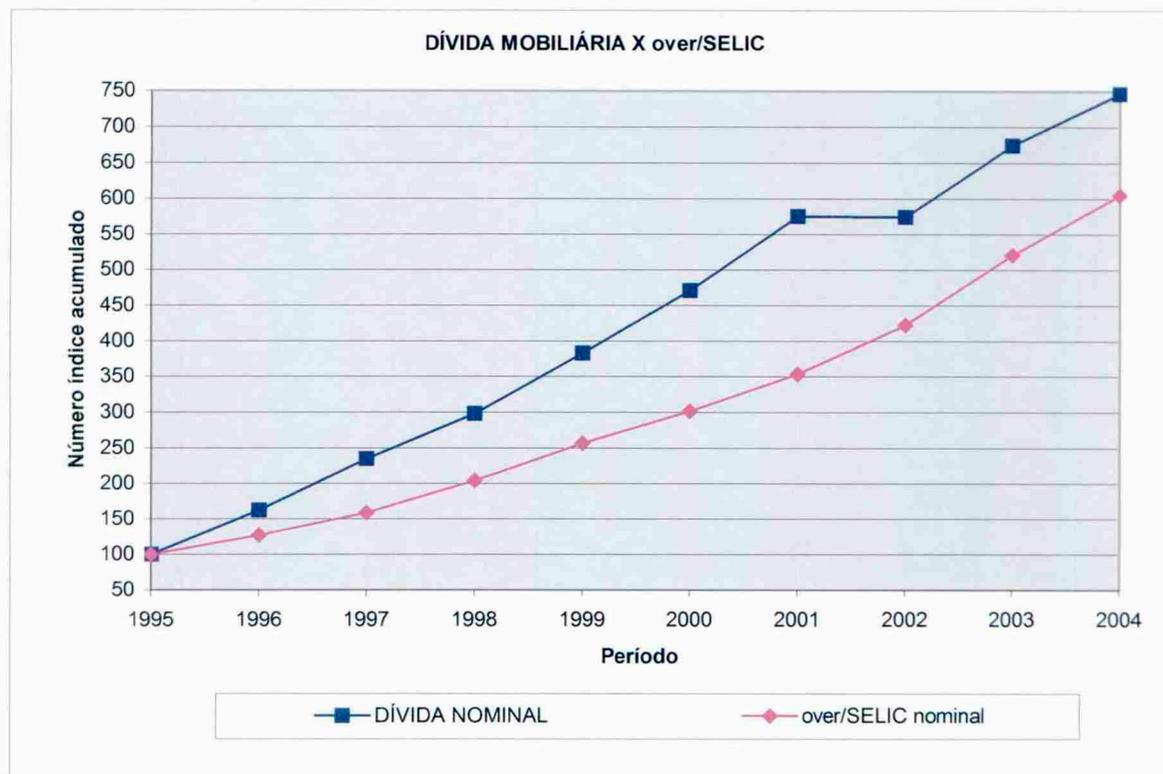
Nota: Dívida mobiliária federal corresponde ao total dos títulos públicos federais fora do Banco Central, incluindo, além dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central.

O que antes era feito com emissão de moeda passou a ser com operações de títulos públicos, cuja principal vantagem está em não aumentar a base monetária, evitando a geração de altas variações nos índices de preços e com aumento da carga tributária. No entanto, o endividamento do Estado cresceu assustadoramente. No período de 1995 a 2004, conforme a tabela 22, a dívida mobiliária federal cresceu 646% e em termos reais, 287%. Sendo que o PIB no mesmo período apresentou, respectivamente 173% e 21% de crescimento acumulado.

[...] Enquanto o governo brasileiro não conseguir melhorar as condições de rolagem de sua dívida mobiliária, tanto em termos de custo e montante quanto de prazos, precisará continuar assegurando mercados cativos para ela, o que o obrigará a manter taxas de juros em patamares muito superiores aos praticados nas economias mais maduras e/ou a estabelecer normas operacionais e supostamente prudenciais capazes de canalizar os recursos bancários para os seus títulos de dívida. (VASCONCELOS; FUCIDJI; STRACHMAN, 2002, p. 10).

Nos gráficos 12 e 13, constata-se a relação direta do crescimento da dívida com os níveis da taxa *over*/SELIC.

Como os bancos podiam aplicar em títulos públicos com juros elevados, o ganho com *spread* (diferença entre a taxa de captação dos bancos e a taxa cobrada para emprestar os recursos aos clientes) na concessão de crédito era bastante significativo, pois considerava os riscos de fazer empréstimos em um cenário econômico de juros elevados.

Gráfico 12 – Evolução da Dívida Mobiliária Federal e níveis acumulados da *over*/SELIC

Fonte: Elaborado pelo autor.

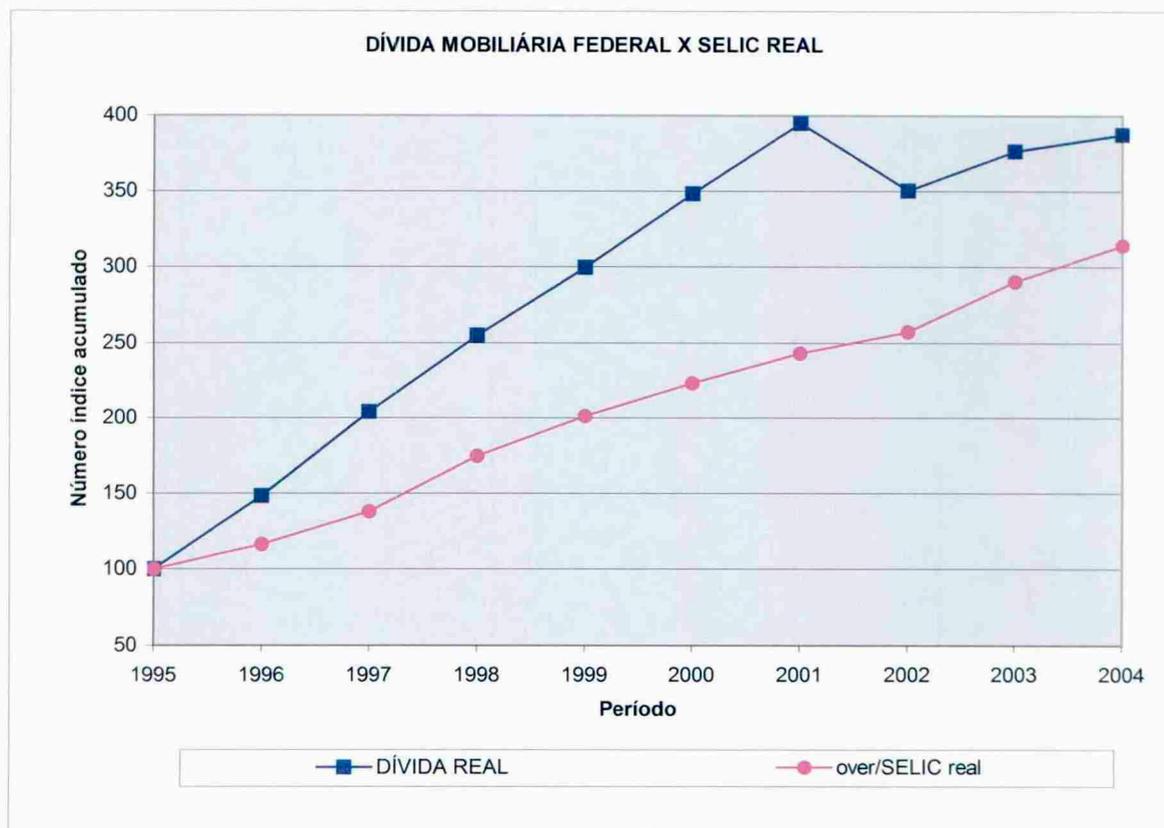
O *spread* bancário deve cobrir as despesas administrativas, operacionais, tributárias, inadimplência e ainda proporcionar o lucro para a instituição que empresta.

Com o volume muito menor aplicado em crédito, os bancos brasileiros procuraram ganhar mais no *spread* do que no volume.

“[...] a limitação de os bancos comprarem títulos do governo federal passa a ser a sua capacidade de captar recursos a um custo inferior ao rendimento desses títulos.” (SOARES, 2001, p. 31).

Ao mesmo tempo em que aproveitaram todas as oportunidades de aquisição, os maiores bancos do país estão se preparando também para iniciar a bancarização das classes de renda mais baixa.

Segundo seus relatórios anuais os bancos mantêm suas ações na ampliação das receitas com prestação de serviços (tarifas) e expansão da venda de produtos como seguros, capitalizações, previdência privada e cartões de crédito. Através da aquisição de financeiras demonstram uma estratégia de absorver o mercado voltado ao crédito popular e o financiamento de bens de consumo duráveis. Outro fator de expansão dos negócios é a incorporação das administradoras de cartões de crédito.

Gráfico 13 – Evolução da Dívida Mobiliária Federal real e níveis da *over*/SELIC real

Fonte: Elaborado pelo autor.

Outras fontes de lucros dos bancos brasileiros são as operações com câmbio. Os banqueiros costumam ganhar grandes somas de dinheiro em anos de muita oscilação do Real, como aconteceu em 1999, 2001 e 2002.

O faturamento obtido com câmbio e títulos, somado ao das operações de crédito, formam o que se chama de receitas de intermediação financeira. Dessas três fontes de renda, a que traz mais dinheiro para o setor é a concessão de crédito.

Está se tornando evidente que os grandes bancos nacionais sabem da necessidade de que para sobreviver em um cenário de juros baixos é necessário um grande aumento no ganho de escala e escopo. Mas enquanto não há a necessidade de expansão rápida da carteira de crédito, os bancos aperfeiçoam seus instrumentos de análise e continuam com *spread* elevado.

É bom ressaltar que nem todos os bancos são tão fortes ou ganham tanto dinheiro quanto Bradesco, Itaú e Unibanco.

Através da tabela 23 constata-se que o ROE dos grandes bancos é superior ao das grandes empresas industriais, mas

[...] a comparação do setor bancário nacional com o industrial indica que, mesmo com a utilização de diferentes metodologias, a rentabilidade industrial está acima da bancária. (MÁLAGA; MAZIERO; WERLANG, 2003, p. 15).

Se a rentabilidade do setor industrial é superior a do setor bancário e a rentabilidade dos grandes bancos é superior a das grandes empresas, isto significa que os grandes bancos são os principais privilegiados do quadro econômico instaurado pelo Plano Real.

Tabela 23 – Retorno sobre Patrimônio Líquido médio dos grandes bancos e das grandes empresas não financeiras

Período	Bancos (1)	Empresas Industriais (2)
1994	12,2	7,9
1995	10,5	3,4
1996	14,8	3,6
1997	16,0	6,7
1998	16,9	7,1
1999	21,3	9,9
2000	21,3	30,6
2001	23,6	29,5
Média	17,3	11,8

Fonte: MÁLAGA; MAZIERO; WERLANG, 2003, p. 12.

(1) Três maiores bancos privados nacionais: Bradesco, Itáú e Unibanco.

(2) Três grandes empresas não financeiras nacionais: Petrobrás, Votorantim e Companhia Vale do Rio Doce.

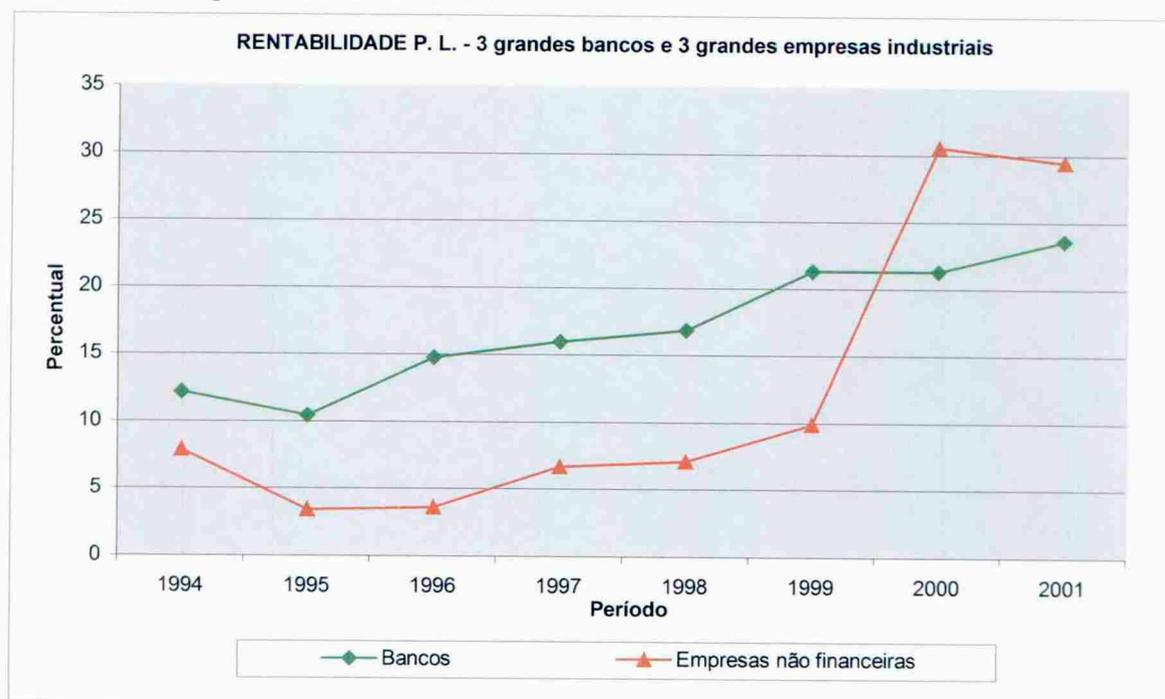
A constatação de que nem todos os bancos estão no mesmo nível de eficiência foi a quebradeira que atingiu várias instituições³ após o fim da hiperinflação.

Os grandes bancos se preparam para a virada do modelo, buscando ganhos na concessão de crédito, mais do que no financiamento da dívida pública. Nos últimos anos, eles aumentaram as linhas de financiamento ao setor privado e desenvolveram uma infraestrutura que melhorou a qualidade do risco de crédito.

A política de juros altos do Real deu tempo suficiente para que os bancos se preparassem para um cenário de maior competição.

³ Na tabela 14 do anexo, segundo dados do BACEN 104 instituições sofreram ajustes após o Plano Real.

Gráfico 14 – Retorno sobre Patrimônio Líquido médio dos grandes bancos e das grandes empresas não financeiras



Fonte: MÁLAGA; MAZIERO; WERLANG, 2003, p. 13.

Em junho de 2003, segundo relatório do FMI (Fundo Monetário Internacional) os bancos no Brasil são pouco competitivos e funcionam como um oligopólio em que poucas instituições controlam o mercado, segundo o qual o Sistema Financeiro do país oferece pouco crédito e apresenta baixa eficiência.

Segundo o BACEN, em seus relatórios anuais de evolução do SFN disponíveis em sua página na rede mundial de computadores, em 1994 os dez maiores bancos respondiam por 62,96% de todo o mercado bancário brasileiro (em ativos). Após aquisições de outras instituições e o próprio crescimento dos grandes grupos, a participação de mercado das dez maiores instituições financeiras subiu para 68% em 2004.

A imagem que emerge no Brasil, de acordo com o relatório do FMI é de um Sistema Financeiro onde o papel tradicional de banco como intermediário de poupanças, coletando depósitos para estender o crédito, não predomina.

Parte destas conclusões já era tema de estudos no Brasil:

[...] As instituições bancárias atuantes no Brasil, estrangeiras ou nacionais, continuam a operar mais como administradores de fundos do que cumpridores da função de intermediários de crédito, adotando “uma postura mais defensiva, expressão de sua maior preferência pela liquidez e aversão ao risco”(Paula Júnior et al. 1999:1). O comportamento cauteloso das instituições bancárias, sejam nacionais ou estrangeiros, tem feito com que elas priorizem aplicações em títulos públicos (ativos de menor risco) frente àquelas que redundariam em operações de crédito para o setor privado, pois embora essas possam oferecer um maior retorno *ex ante* carregam também maior grau de risco de crédito, especialmente em um ambiente de maior instabilidade macroeconômica. (VASCONCELOS; FUCIDJI; STRACHMAN, 2002, p. 5).

Outro indicador negativo dos bancos brasileiros analisado pelo relatório do FMI é a baixa eficiência² apesar da alta lucratividade. Mas o relatório apresenta como causas do baixo grau de intermediação e eficiência dos bancos brasileiros, as incertezas macroeconômicas e o elevado risco de crédito.

Como os grandes bancos estão se preparando para um cenário de juros mais baixos, em 2004³ o desempenho do Itaú por exemplo, contrasta com as conclusões do FMI. O lucro de 3,776 bilhões de reais foi resultado em grande medida pela expansão da carteira de crédito e das tarifas de prestação de serviços, segundo seu relatório anual.

O índice de eficiência do Itaú é pouco superior a 50%. As instituições internacionais que sobrevivem em ambientes de juros muito mais baixos, têm de manter seus índices de eficiência perto de 50%. No Brasil só o Itaú consegue esse índice, mas a concorrência está chegando perto. Os bancos brasileiros estão empenhados em cortar gastos e em cobrar mais pelos serviços que prestam.

O lucro recorde de 3,06 bilhões de reais do Bradesco em 2004, foi obtido devido ao crescimento de sua carteira de clientes e das operações de crédito para pessoas físicas e para pequenas e médias empresas, também segundo seu relatório anual.

Os bancos concorrem entre si, mas não há alternativas fáceis de captar dinheiro no mercado de capitais. Isso significa preços altos para quem quer tomar dinheiro emprestado e tarifas elevadas em geral.

² [...] é a divisão das despesas operacionais pela soma do resultado de intermediação financeira com as receitas de serviços. Isto é, o índice de eficiência bancária [...] retrata quanto as instituições bancárias tiveram que assumir de despesas operacionais para gerarem suas receitas de intermediação financeira e de prestação de serviços. Obviamente quanto maior o índice menos eficiente mostra-se a instituição]. (VASCONCELOS; FUCIDJI; STRACHMAN, 2002, p. 23-24).

³ É preciso salientar que um ano de crescimento econômico e queda na taxa básica de juros colabora para expansão do crédito e da prestação de serviços.

O comportamento dos bancos estrangeiros no Brasil sugere que as taxas praticadas encontram-se em níveis adequados ao cenário econômico atual, pois se os bancos poderiam reduzir seus juros, seria lógico que as instituições estrangeiras consideradas mais poderosas que as nacionais e com o desejo de conquistar participações maiores no mercado brasileiro não praticassem, em suas operações no Brasil as mesmas taxas de juros que os bancos brasileiros e sim taxas mais competitivas.

As interpretações sobre os efeitos limitados da abertura do setor bancário variam entre dois pólos. Por um lado, argumenta-se que os estrangeiros estariam reproduzindo as práticas dos bancos brasileiros em virtude das dificuldades para “digerir” as grandes redes adquiridas, e da atitude prudente de estudar melhor o mercado, além das pressões do difícil quadro conjuntural. Outras opiniões defendem que os bancos estrangeiros aderiram às condições e às formas de concorrência costumeiras no país, o que lhes garantiu lucros altos o bastante para desestimular quaisquer intenções de atuar de forma diversa. Para Luís Miguel Santacreu, consultor da Austin Asis, “houve uma nítida tupiniquização. Os estrangeiros se acomodaram a *spreads* altos e a ganhos seguros e atraentes nos títulos públicos” (*Gazeta Mercantil*, 26/07/1999, p. B1).

[...]

[...] embora os dados taxas de juros e estratégias de concessão de crédito confirmem, com bastante clareza, que ambos os tipos de banco têm atuado de forma bastante semelhante nos diferentes segmentos dos mercados. (CARVALHO; STUDART; ALVES JÚNIOR, 2002, p. 5-6).

Taxa básica de juros muito elevada é sinônimo de freio para o crescimento econômico do país, significa ambiente desfavorável ao investimento produtivo, à geração de empregos, ao maior consumo das famílias, ao aumento dos lucros das empresas.

Neste cenário, para quem concede crédito o risco é bem maior. Como em qualquer atividade empresarial, o retorno (lucro) dos bancos é em parte proporcional ao grau de risco a que se expõe a atividade, logo o *spread* bancário é elevado.

O setor bancário doméstico brasileiro, especialmente na década de 90, mostrou-se bastante eficaz, quando [o] critério de eficiência utilizado é [a] sua capacidade de geração de lucro. Sua eficácia na redução de custos, por outro lado, é bastante reduzida. Isto indica menos a incapacidade das empresas nacionais operando no setor (bancos estrangeiros operando no país reproduzem o mesmo resultado) e mais as características do próprio mercado financeiro brasileiro. Em uma economia marcada pela extrema concentração de renda, e ainda maior, provavelmente, de riqueza, tende a tornar a diferenciação de produtos uma estratégia competitiva mais eficaz que a massificação. O resultado, no sistema bancário, é a coexistência de amplas parcelas *não-bancarizadas* da população com um mercado marcado pela sofisticação e variedade de serviços oferecidos aos grupos de renda mais alta, com recursos significativos para investir em produtos financeiros. Por outro lado, serviços mais simples, e de alcance mais amplo, como a concessão de crédito ou a manutenção de contas correntes, são ou racionados ou oferecidos a preços extorsivos. (CARVALHO, F., 2004, p. 9).

O uso da diferenciação de produtos como estratégia competitiva numa economia com grande concentração de renda e riqueza é exemplificado pela adoção por parte das instituições, de agências para atendimento exclusivo de clientes com renda alta como Prime, Personalité, Private, etc.

Pesquisa divulgada na página da Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), na rede mundial de computadores sobre a rentabilidade dos bancos, retrata que a riqueza produzida pelos bancos brasileiros é resultado dos altos juros do país e do *spread* cobrado pelos bancos em seus empréstimos.⁴

Para a Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN) a SELIC (taxa básica de juros) alta é prejudicial para os bancos, porque aumenta o custo de captação das instituições financeiras no mercado, diminui a demanda por empréstimos e eleva o grau de inadimplência.

Essa afirmação não está errada, mas ela contempla apenas um lado da moeda, pois se há um aumento no custo de captação, ele é repassado para o tomador de empréstimos e ainda há possibilidades de captações estrangeiras. Em relação a redução da demanda por empréstimos, os bancos compensam através do tamanho do *spread*. O grau de inadimplência pode ser bem administrado através do aperfeiçoamento dos instrumentos de análise de risco de crédito.

A pesquisa pode ser confirmada através de uma análise do comportamento da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) em um dia de decisão do Comitê de Política Monetária (COPOM).

No dia 22/01/2004 a decisão do COPOM de manter os juros em 16,5% ao ano levou a BOVESPA a fechar no vermelho. O tombo só não foi maior por causa das ações dos bancos, que encerraram o dia em alta, com a avaliação de que o setor bancário não terá de reduzir as taxas cobradas dos clientes, já que o COPOM não cortou os juros. Além disso, os bancos lucram com títulos públicos remunerados pela taxa SELIC. Bradesco PN teve alta de 1,3% e Itaú PN avançou 2,8%.

Com uma queda significativa na taxa básica de juros da economia, os bancos terão que aumentar substancialmente o volume da suas carteiras de crédito, oferecendo empréstimos mais baratos, não só por conta da redução da SELIC, mas também pela redução no *spread* bancário.

⁴ Na tabela 15 do anexo, os autores da pesquisa fazem um levantamento da riqueza produzida pelos bancos por segmento de atuação de 2002 a 2005.1

O cenário com SELIC mais baixa condiciona os bancos a uma competição mais acirrada por clientes, por isso o *spread* tende a diminuir e abre a possibilidade de novas fusões.

Os grandes conglomerados financeiros buscaram ganhos de escala com a compra de outros bancos. Isso permitiu às instituições inflar seus ativos, mas elevou os custos operacionais. A consolidação dessas aquisições, otimizando ganhos de escala, abrirá caminho para o crescimento dos resultados, compensando as esperadas quedas de juros e de margens. Aumentando o volume de tomadores de recursos das suas carteiras, os bancos ganham escala e diluem seus custos fixos.

São as análises de Lucro Líquido e Retorno sobre Patrimônio Líquido que expressam os excepcionais resultados obtidos pelos grandes bancos no período de 1996 a 2004. O crescimento da média do Lucro Líquido das três instituições no período, após a correção pelo IPCA foi de 306%.

O ROE acumulado da média dos três bancos no período de 1996 a 2004 foi de 399% e a taxa *over*/SELIC acumulada foi de 505%, configurando uma relação direta entre rentabilidade dos grandes bancos e a taxa SELIC.

Em um cenário com SELIC mais baixa, os bancos são condicionados a uma concorrência mais forte, abrindo a possibilidade de novas fusões, para a obtenção de economia de escala.

4 POLÍTICAS PARA O SETOR BANCÁRIO QUE POSSA LEVÁ-LO A MELHOR CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO PAÍS

A política econômica de sobrevalorização cambial, taxas de juros elevadas e a abertura a entrada de capitais estrangeiros para estabilizar a inflação, reduziu o ritmo de crescimento da economia e fez explodir a dívida pública.

É consenso entre os economistas que a recuperação do crescimento econômico brasileiro exigirá um amplo esforço de aumento de investimentos.

Para alicerçar a retomada do crescimento [...] é necessário criar fontes de recursos e construir canais de financiamento que permitam que eles cheguem aos investidores a custos compatíveis com a rentabilidade esperada dos projetos de acumulação de capital e em termos contratuais suportáveis. (CARVALHO, F., 2004, p. 1).

Com uma queda significativa na taxa básica de juros da economia os bancos terão que aumentar substancialmente o volume da suas carteiras de crédito, oferecendo empréstimos mais baratos, não só por conta da redução da SELIC, mas também pela redução no *spread* bancário.

Taxa básica de juros muito elevada é sinônimo de freio para o crescimento econômico do país, significa ambiente desfavorável ao investimento produtivo, à geração de empregos, ao maior consumo das famílias, ao aumento dos lucros das empresas.

É preciso também formas de tornar o Sistema Financeiro não apenas mais eficaz na sustentação de investimentos, como também de fazê-lo mais sensível às preocupações atuais com a concentração da riqueza. (CARVALHO, F., 2004, p. 3).

Ações necessárias à sustentação financeira da retomada de crescimento econômico:

[...] A criação de meios de pagamentos adicionais deve acompanhar a expansão do investimento e do produto para que a economia não sofra pressões de liquidez que possam elevar a taxa de juros e reduzir a demanda agregada. Deste modo, para que a economia possa exibir uma taxa de crescimento positiva, é preciso que o sistema monetário seja capaz de acomodar a expansão da renda. Isto exige que a autoridade monetária aumente as reservas bancárias *pari passu* no ritmo adequado e que os bancos expandam o volume de depósitos à vista conforme a demanda da economia. O sistema bancário expande depósitos à vista ao conceder empréstimos (ou comprar ativos em geral). Deste modo, um sistema bancário eficiente na criação da liquidez necessária para sustentar uma economia em expansão é aquele capaz de responder positivamente às demandas legítimas de crédito que lhe forem colocadas. (CARVALHO, F., 2004, p. 6 e 7).

Segundo o autor, o aumento no volume e a redução de preço do crédito, passa pela adoção de mudanças institucionais, como a modernização da lei de falências e pelo abandono do uso de depósitos compulsórios¹ (percentual de recursos que os bancos são obrigados a depositar no Banco Central) para controlar crédito.

Para reduzir os *spreads* bancários o governo vem tentando combater a inadimplência, facilitando o acesso a informações sobre maus pagadores e buscando mudanças que reduzam o risco de crédito.

Sugere-se então que o poder de mercado na forma de extração de rendas informacionais devido a altos custos de transferência pode explicar os elevados *spreads* observados entre modalidades como cheque especial e conta garantida quando contrastados com modalidades que são substitutos próximos. (NAKANE, 2003, p. 10)

Os obstáculos à competição no setor bancário: i) as informações sobre devedores são ruins e pouco disseminadas prejudicando a avaliação do risco das operações de crédito; ii) as garantias são de difícil resgate, prejudicando sua capacidade de reduzir riscos em uma operação; iii) regulações que dificultam a migração de clientes entre bancos, aumentando o seu poder de mercado. Esses obstáculos ajudam a explicar porque a entrada dos bancos estrangeiros nesse setor não alterou significativamente o grau de rivalidade entre os bancos, apesar dessas instituições dominarem técnicas mais modernas de análise de crédito e terem mais experiência nessa área.

Boas informações e boas garantias reduzem o risco de crédito, diminuindo o efeito da assimetria de informação e permitindo que devedores paguem juros baixos. É por isso que os *spreads* cobrados no financiamento de veículos são inferiores aos de empréstimos para a compra de outros bens de consumo.

O Banco Central também é responsável pela regulação prudencial do setor financeiro, logo ele terá como orientação limitar a competição para evitar a tendência das instituições financeiras a correr muito risco.² Segundo a ótica do regulador, a baixa competição é positiva, pois protege a saúde financeira das instituições, tornando-as menos propensas ao risco e mais resistentes a choques.

Para promover a competição no setor e reduzir o *spread*, algumas iniciativas são possíveis de serem implementadas: i) utilizar os bancos públicos como estimuladores

¹ O objetivo do Banco Central é controlar o multiplicador monetário, pois através dele os bancos criam moeda e por isso é necessário um limitador para não colocar em risco o Sistema Financeiro, preservando o acesso a resgates por parte dos clientes, caso haja alguma desconfiança em alguma instituição.

² Exemplo: a exigência de capital mínimo que formam a base do Acordo da Basiléia.

da competição; ii) facilitar ao cliente sua transferência para outro banco quando desejar; iii) melhorar a qualidade e disseminação de informações dos clientes, uma iniciativa nesse sentido que já está sendo implementada é o cadastro positivo de informações; iv) definir responsabilidades institucionais sobre quem deve promover a competição nesse setor; v) melhorar a legislação para facilitar a execução das garantias, uma iniciativa nesse sentido foi a nova lei de falências.

Como uma importante causa dos elevados *spreads* é a incerteza no ambiente macroeconômico (volatilidade da SELIC, do PIB, da inflação e do câmbio), a implantação de políticas macroeconômicas voltadas para a elevação do crescimento econômico e para a redução da SELIC (sem muita volatilidade) poderão reduzir os *spreads* bancários.

Como tratado no capítulo anterior, uma queda acentuada na taxa SELIC provocaria uma redução nos ganhos dos bancos com títulos públicos, que para compensar precisariam aumentar o volume de suas carteiras de crédito.

Segundo dados do BACEN, em sua página na rede mundial de computadores, em 2003, o crédito disponível na economia era de 25,8% do PIB, em 2004 essa relação ficou em 26,2%. Em países desenvolvidos essa proporção passa de 100%. Quanto mais alta a proporção, maior a capacidade de consumo e investimento. Em 2005³ esse índice ficou em 31,3%, sinalizando uma tendência dos bancos em se adaptar a um cenário de SELIC menor.

O crédito só começou a expandir em 2005 e deve crescer muito nos próximos anos, com a queda dos juros e recuperação da economia.

Segundo Carvalho, F. (2004, p. 24), para garantir o atendimento das demandas de crédito de pequenas e médias empresas, de cuja operação depende a maior parte dos empregos gerados na economia do país, uma iniciativa semelhante à experiência norte-americana com a Lei de Reinvestimento Comunitário (*Community Reinvestment Act, CRA*) poderia ser implementada.

Esta lei, adotada nos anos 70 nos Estados Unidos e implementada principalmente nos anos 90, torna a permissão aos bancos para proceder a certos atos (como compras de outros bancos, expansão da rede de atendimento, etc) condicional ao desempenho no atendimento de grupos sociais excluídos, como tomadores de empréstimos em comunidades de renda mais baixa, pequenas empresas, etc. (CARVALHO, F., 2004, p. 24).

³ Neste ano houve forte expansão do crédito consignado com crescimento de 88,1%.

Para que o país possa crescer, os bancos agentes financiadores do governo deverão tornar-se financiadores do desenvolvimento.

Sem uma redução nos juros, há um desestímulo à migração de recursos de renda fixa para os investimentos em ações.

Juros menores ajudam a impulsionar o crescimento econômico. Diminuem os custos de produção, aumentam os investimentos da indústria e fábricas (seja para ampliar a produção ou construir novas unidades), as empresas brasileiras ganham competitividade no exterior (os produtos brasileiros tendem a ficar mais baratos) e caem os índices de inadimplência, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas. Tudo isso gera crescimento, novos empregos, melhora os salários e ajuda o governo a arrecadar mais impostos.

A implementação de um conjunto de políticas de fortalecimento e sustentação do microcrédito é uma alternativa para contribuir com o desenvolvimento sócio-econômico do país.

[...] No caso brasileiro o desafio é maior ainda, pois novos ingredientes devem ser adicionados a essa tecnologia microfinanceira diferenciada. Isso significa construir uma nova relação banco-cliente, a partir da conjugação dos princípios das finanças e do mercado, com os princípios da sócio-economia solidária, democracia participativa e desenvolvimento local e territorial. (PARENTE, 2004, p.7)

As políticas microeconômicas como a citada acima, precisam ser acompanhadas de políticas macroeconômicas que visem a redução do *spread* bancário, tais como: redução da taxa básica de juros e elevação do crescimento econômico. Essas políticas são ainda difíceis de serem implementadas em função da vulnerabilidade da economia brasileira à choques externos e às mudanças nas condições e humores do mercado financeiro internacional.

A necessidade de recursos de longo prazo poderia ser suprida com políticas de estímulo ao fortalecimento e desenvolvimento dos investidores institucionais (fundos de previdência privada e fundos mútuos) como ocorreu em países desenvolvidos. Essas políticas precisam ser acompanhadas, além da estabilidade econômica, de uma evolução na organização e diversidade do mercado financeiro.

O fortalecimento do setor bancário deve fazer parte de um conjunto de políticas industriais e tecnológicas. Assim como o PROER e o PROES definiram importantes instrumentos institucionais para a reestruturação do sistema bancário brasileiro, o governo

federal poderia implantar programas de articulação do papel da intermediação financeira aos objetivos de uma política industrial arrojada.

Com uma queda significativa na taxa básica de juros da economia, os bancos para compensar a redução nos ganhos com títulos, teriam que aumentar substancialmente o volume da suas carteiras de crédito, oferecendo empréstimos mais baratos, não só por conta da redução da SELIC, mas também pela redução no *spread* bancário.

Além de uma política de redução da taxa SELIC, outras ações são possíveis de serem implementadas para promover a competição no setor e reduzir o *spread*: a) utilizar os bancos públicos como estimuladores da competição; b) facilitar ao cliente sua transferência para outro banco quando desejar; c) melhorar a qualidade e disseminação de informações dos clientes; d) melhorar a legislação para facilitar a execução das garantias; e) fortalecimento e sustentação do microcrédito; f) lei que torna a permissão aos bancos para proceder a certos atos, condicional ao desempenho no atendimento de grupos sociais excluídos.

5 CONCLUSÃO

O novo perfil do mercado financeiro no mundo é resultado da desregulamentação financeira, do crescimento do mercado de capitais, da ampliação da concorrência e do aumento da participação dos investidores institucionais no mercado financeiro internacional; que proporcionaram: redução da segmentação do setor bancário, fusões, aquisições, conglomeração e a ampliação da internacionalização do setor.

Ao longo do período de elevada inflação, os bancos brasileiros se defenderam contra a instabilidade econômica através da substituição rápida entre títulos e créditos no seu ativo. A rentabilidade esperada em cada alternativa dependia dos juros (política do BACEN) e do risco de crédito (determinado pelo quadro econômico).

Apesar dos altos lucros durante a inflação, este cenário não é adequado para os bancos, pois traz a elevação dos riscos com o aumento da instabilidade macroeconômica e a dificuldade de antecipar os efeitos das medidas de estabilização que podem ser adotadas.

As transformações na atividade financeira nos países centrais, a abertura comercial, o fim das operações de *overnight* com o público, entre outros fatos, reorientou a atividade da maioria dos bancos, para se antecipar a um futuro cenário de inflação baixa. Trataram de reduzir custos por meio de informatização e implementar prestação de serviços financeiros especializados.

Para estabilizar a inflação, o Plano Real implantou a política econômica de sobrevalorização cambial e taxas de juros elevadas e promoveu a entrada de capitais estrangeiros, resultando em uma redução no ritmo de crescimento da economia e explosão da dívida pública.

O cenário de baixa inflação revelou os bancos que não se prepararam para a economia de escala, pois além de receber socorro financeiro do Estado foram absorvidas pelos mais competentes e que gozavam de solidez financeira.

Os grandes bancos privados brasileiros têm confirmado sua capacidade de manter elevados lucros. Durante a inflação alta conseguiram se fortalecer e foram capazes de desenvolver estratégias de antecipação à passagem para a inflação baixa. Aproveitaram o período imediatamente posterior à queda da inflação que foi favorável ao aumento de seus lucros e responderam bem às turbulências de 1995.

Mas, os elevados lucros não são méritos somente da capacidade dos grandes bancos, um outro fator determinante tem sido a intervenção do Estado, como ocorreu em

1981-1987, com a ação do BACEN para garantir a estabilidade do sistema bancário brasileiro nos momentos críticos. Com o Plano Real, os principais beneficiados pelos programas de assistência de liquidez e de saneamento financeiro com estímulos à privatização e/ou reestruturação dos bancos estaduais foram os grandes bancos nacionais e estrangeiros. O PROER por meio do qual o BACEN ficou autorizado a disponibilizar recursos para que instituições financeiras sólidas adquirissem o controle acionário de bancos em dificuldades, viabilizou possibilidades de crescimento em Ativos, em Patrimônio Líquido e Lucro Líquido para os grandes bancos.

O ambiente de juros elevados tem beneficiado os grandes bancos, ao mesmo tempo em que prejudica o nível de endividamento do Estado brasileiro.

Enquanto o setor bancário tem rentabilidade inferior à indústria, os grandes bancos têm rentabilidade superior às grandes empresas industriais, reforçando a tese de que os grandes bancos são os privilegiados do Plano Real.

Além dos níveis de Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE) médio dos três maiores bancos privados nacionais acompanharem a taxa *over*/SELIC, o crescimento dos mesmos em Ativos, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido é muito superior ao crescimento do PIB brasileiro.

Apesar de algumas análises indicarem um baixo índice de eficiência do setor bancário brasileiro, os grandes bancos nacionais privados estão a cada ano melhorando este índice, como é o caso do Itaú que em 1994 obteve um índice ligeiramente superior a 50%.

É preciso considerar que quando um grande banco adquire outra instituição leva um certo tempo até nivelar esta instituição com os padrões de gestão do banco adquirente.

Como SELIC elevada provoca retração de investimentos produtivos, baixo consumo, queda na geração de empregos, de renda e riquezas; o risco de crédito é elevado, logo o *spread* bancário também é elevado. O retorno com investimentos em títulos públicos também compensa o baixo nível no volume de crédito ofertado pelo setor.

A presença dos bancos estrangeiros não resultou em uma concorrência via preço e sim em uma concorrência via diversificação de produtos, revelando que o setor ainda está voltado para às classes sociais de renda elevada.

Apesar de que há uma estratégia de avançar no nicho de mercado das financeiras que possuem como clientes as classes sociais de baixa renda, as taxas de juros negociadas não são nada competitivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CARVALHO, C. E.; STUDART, R.; ALVES JÚNIOR, A. J. **Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente**. Brasília, DF: IPEA, 2002. (Texto para discussão, nº 882). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0882.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2002.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Sistema financeiro, crescimento e inclusão**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Texto para discussão). Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/sistema_financieiro_crescimento_e_inclusao.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2005.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 351-377.

GOLDENSTEIN, Lúcia. A ilusão da autonomia: ascensão e queda de um padrão de financiamento. In: _____. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. cap. 2, p. 57-96.

HOEPERS NETO, Matias. **Avaliação da reorganização do sistema financeiro no Brasil: um estudo com base no modelo contexto, conteúdo e processo**, de Andrew Pettigrew. 2000. 126 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

MÁLAGA, T.; MAZIERO, P.; WERLANG, S. Estudo de rentabilidade bancária. **Informe Especial da Consultoria Econômica do Banco Itaú**, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/Werlang_Malaga_Rentabilidade.pdf>. Acesso em: jan. 2005.

NAKANE, M. I. Concorrência e *spread* bancário: uma revisão da evidência para o Brasil. In: SEMINÁRIO DE ECONOMIA BANCÁRIA E CRÉDITO, 2003, São Paulo. **Microeconomia bancária**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/seminarioecobancre/port/vi%20-%20concorrência%20-%204jsb.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2005.

PUGA, Fernando Pimentel. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. (Texto para discussão, nº 68). Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/Td-68.pdf>>. Acesso em 7 nov. 2002.

PARENTE, S. Políticas públicas e sustentabilidade. In: SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, 3., 2004, Goiânia. **Microcrédito-bases teóricas de discussão-auto sustentabilidade-políticas públicas**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/SeMicro2/Trabalhos/06_2T_Silvana.doc>. Acesso em: 20 ago. 2005.

SOARES, R. P. **Evolução do crédito de 1994 a 1999**: uma explicação. Brasília, DF: IPEA, 2001. (Texto para discussão, nº 808). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0808.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2002.

SUZIGAN, Wilson. A crise dos anos 70 e a necessidade de reestruturar o setor produtivo dos países avançados. In: SUZIGAN, Wilson et al. **Reestruturação industrial e competitividade internacional**. São Paulo: SEAD, 1989. p. 7-32.

VASCONCELOS, M. R.; FUCIDJI, J. R.; STRACHMAN, E. Efeitos da entrada de bancos estrangeiros no setor bancário brasileiro: evolução do crédito e dos indicadores operacionais. In: CONGRESSO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 5., 2002, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2002. 1 CD.

ANEXOS

Tabela 1 – Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Período	VARIAÇÃO PERCENTUAL	NÚMERO ÍNDICE (1)	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO (2)	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO
1995	-	1	1	100
1996	9,5638	1,0956	1,0956	109,56
1997	5,2247	1,0522	1,1529	115,29
1998	1,6500	1,0165	1,1719	117,19
1999	8,9399	1,0894	1,2767	127,67
2000	5,9743	1,0597	1,3529	135,29
2001	7,6733	1,0767	1,4568	145,68
2002	12,5303	1,1253	1,6393	163,93
2003	9,2999	1,0930	1,7918	179,18
2004	7,6006	1,0760	1,9279	192,79

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPCA disponíveis na página do Banco Central, na rede mundial de computadores <<http://www.bcb.gov.br/pec/indeco/Port/iel-02.xls>>.

Nota: O IPCA reflete a variação dos preços para famílias com rendimento mensal entre 1 e 40 salários mínimos e serve como parâmetro para o regime de metas para a inflação.

(1) Número índice=(IPCA VP/100)+1

(2) Igual ao produto dos IPCAs (IPCA96*IPCA97*IPCA98*IPCA99*IPCA2000...IPCA2004).

Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB) real

Período	VARIAÇÃO PERCENTUAL	NÚMERO ÍNDICE (1)	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO (2)	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO
1995	-	1	1	100
1996	2,6586	1,0266	1,0266	102,66
1997	3,2714	1,0327	1,0602	106,02
1998	0,1319	1,0013	1,0616	106,16
1999	0,7855	1,0079	1,0699	106,99
2000	4,3607	1,0436	1,1166	111,66
2001	1,3126	1,0131	1,1312	113,12
2002	1,9268	1,0193	1,1530	115,30
2003	0,5450	1,0054	1,1593	115,93
2004	4,9363	1,0494	1,2165	121,65

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de variação percentual real do PIB disponíveis na página do Banco Central, na rede mundial de computadores <<http://www.bcb.gov.br/pec/indeco/Port/iel-51.xls>>.

(1) Número índice =(PIB VP/100)+1

(2) Igual ao produto dos índices de PIB (PIB96*PIB97*PIB98*PIB99*PIB2000...PIB2004).

Tabela 3 – Produto Interno Bruto (PIB) corrente

Período	VALOR (R\$ mil)	NÚMERO ÍNDICE (1)	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO
1995	646.191.517,00	1	1	100
1996	778.886.727,00	1,2053	1,2053	120,53
1997	870.743.034,00	1,1179	1,3475	134,75
1998	914.187.877,00	1,0499	1,4147	141,47
1999	973.845.966,00	1,0653	1,5071	150,71
2000	1.101.255.078,00	1,1308	1,7042	170,42
2001	1.198.736.188,00	1,0885	1,8551	185,51
2002	1.346.027.553,00	1,1229	2,0830	208,30
2003	1.556.182.114,00	1,1561	2,4082	240,82
2004	1.766.621.034,00	1,1352	2,7339	273,39

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados em mil reais do PIB disponíveis na página do Banco Central, na rede mundial de computadores <<http://www.bcb.gov.br/pec/indeco/Port/iel-51.xls>>.

(1) Número índice = (PIB em t / PIB em t-1)

Tabela 4 – Taxa *over*/SELIC

Período	PERCENTUAL (1)	NÚMERO ÍNDICE	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO (2)	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO
1995	53,0872	1,5309	1	100
1996	27,4119	1,2741	1,2741	127,41
1997	24,7878	1,2479	1,5899	158,99
1998	28,7882	1,2879	2,0477	204,77
1999	25,5879	1,2559	2,5716	257,16
2000	17,4325	1,1743	3,0199	301,99
2001	17,3174	1,1732	3,5429	354,29
2002	19,1731	1,1917	4,2222	422,22
2003	23,3455	1,2335	5,2078	520,78
2004	16,2463	1,1625	6,0539	605,39

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados em número índice da Taxa SELIC disponíveis na página do Banco Central, na rede mundial de computadores <<http://www.bcb.gov.br/?SELICVARIA>>.

(1) PERCENTUAL = (Nº ÍNDICE - 1)*100

(2) Igual ao produto dos índices da SELIC (SELIC96*SELIC97*SELIC98*SELIC99...SELIC2004).

Tabela 5 – Taxa *over*/SELIC real

Período	PERCENTUAL	NÚMERO ÍNDICE (1)	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO (2)	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO
1995	-	1	1	100
1996	16,2901	1,1629	1,1629	116,29
1997	18,5917	1,1859	1,3791	137,91
1998	26,6977	1,2670	1,7473	174,73
1999	15,2817	1,1528	2,0143	201,43
2000	10,8122	1,1081	2,2320	223,20
2001	8,9568	1,0896	2,4320	243,20
2002	5,9030	1,0590	2,5755	257,55
2003	12,8504	1,1285	2,9065	290,65
2004	8,0349	1,0803	3,1399	313,99

Fonte: Elaborado pelo autor.

(1) $SELIC\ REAL = \frac{SELIC\ NOMINAL}{IPCA}$

Tabela 6 – Dívida Mobiliária Federal

Período	VALOR (R\$ milhões)	VARIAÇÃO PERCENTUAL (2)	NÚMERO ÍNDICE (1)	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO (3)	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO
1995	108.486	-	1	1	100
1996	176.211	62,4274	1,6243	1,6243	162,43
1997	255.509	45,0017	1,4500	2,3552	235,52
1998	323.860	26,7509	1,2675	2,9853	298,53
1999	414.901	28,1112	1,2811	3,8245	382,45
2000	510.698	23,0891	1,2309	4,7075	470,75
2001	624.084	22,2022	1,2220	5,7527	575,27
2002	623.191	-0,1431	0,9986	5,7444	574,44
2003	731.858	17,4372	1,1744	6,7461	674,61
2004	810.264	10,7133	1,1071	7,4688	746,88

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados em milhões de reais da dívida mobiliária federal disponíveis na página do Banco Central, na rede mundial de computadores <<http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>>.

Nota: Dívida mobiliária federal corresponde ao total dos títulos públicos federais fora do Banco Central, incluindo, além dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central.

(1) Número índice = (Dívida em t / Dívida em t-1)

(2) Variação percentual = (Número índice - 1) * 100

(3) Igual ao produto dos índices da Dívida (Dívida96*Dívida97*Dívida98*Dívida99...Dívida2004).

Tabela 7 – Dívida Mobiliária Federal corrigida pelo IPCA

Período	VALOR	VARIAÇÃO	NÚMERO	NÚMERO ÍNDICE	NÚMERO ÍNDICE
	(R\$ milhões)	PERCENTUAL	ÍNDICE	ACUMULADO	ACUMULADO
1995	108.486	-	1	1	100
1996	160.835	48,2543	1,4825	1,4825	148,25
1997	221.623	37,7950	1,3780	2,0429	204,29
1998	276.355	24,6959	1,2470	2,5474	254,74
1999	324.979	17,5950	1,1760	2,9956	299,56
2000	377.484	16,1563	1,1616	3,4796	347,96
2001	428.394	13,4866	1,1349	3,9488	394,88
2002	380.157	-11,2600	0,8874	3,5042	350,42
2003	408.448	7,4421	1,0744	3,7650	376,50
2004	420.283	2,8975	1,0290	3,8741	387,41

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Valor real = valor nominal / IPCA acumulado (t) * IPCA (1995=100)

Tabela 8 – Retorno sobre Ativos em índice

Período	NÚMERO ÍNDICE			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	1	1	1	1
1996	1,0213	1,0180	1,0120	1,0176
1997	1,0140	1,0160	1,0160	1,0146
1998	1,0150	1,0180	1,0150	1,0158
1999	1,0140	1,0360	1,0170	1,0212
2000	1,0180	1,0260	1,0180	1,0200
2001	1,0200	1,0290	1,0180	1,0224
2002	1,0140	1,0210	1,0150	1,0164
2003	1,0130	1,0270	1,0150	1,0179
2004	1,0170	1,0290	1,0170	1,0206

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 9 – Retorno sobre Ativos acumulado

Período	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO (1995=1)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	1	1	1	1
1996	1,0213	1,0180	1,0120	1,0176
1997	1,0356	1,0343	1,0282	1,0324
1998	1,0511	1,0529	1,0436	1,0488
1999	1,0658	1,0908	1,0614	1,0710
2000	1,0850	1,1192	1,0805	1,0924
2001	1,1067	1,1516	1,0999	1,1169
2002	1,1222	1,1758	1,1164	1,1352
2003	1,1368	1,2076	1,1332	1,1555
2004	1,1561	1,2426	1,1524	1,1793

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 10 – Retorno sobre Patrimônio Líquido em índice

Período	NÚMERO ÍNDICE			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	1	1	1	1
1996	1,1510	1,1540	1,1380	1,1485
1997	1,1490	1,1720	1,1800	1,1599
1998	1,1602	1,1890	1,1640	1,1690
1999	1,1632	1,3160	1,1850	1,2138
2000	1,2150	1,2770	1,1750	1,2135
2001	1,2220	1,3150	1,1680	1,2362
2002	1,1870	1,2630	1,1600	1,2046
2003	1,1700	1,2650	1,1530	1,1998
2004	1,2010	1,2700	1,1680	1,2177

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 11 – Retorno sobre Patrimônio Líquido acumulado

Período	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO (1995=1)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	1	1	1	1
1996	1,1510	1,1540	1,1380	1,1485
1997	1,3225	1,3525	1,3428	1,3321
1998	1,5344	1,6081	1,5631	1,5573
1999	1,7848	2,1163	1,8522	1,8902
2000	2,1685	2,7025	2,1764	2,2937
2001	2,6499	3,5538	2,5420	2,8354
2002	3,1454	4,4884	2,9487	3,4156
2003	3,6802	5,6778	3,3999	4,0980
2004	4,4199	7,2108	3,9711	4,9902

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 12 – Retorno sobre Patrimônio Líquido real acumulado

Período	NÚMERO ÍNDICE ACUMULADO (1995=1)			
	Bradesco	Itaú	Unibanco	Média
1995	1	1	1	1
1996	1,0505	1,0533	1,0387	1,0482
1997	1,1471	1,1731	1,1648	1,1555
1998	1,3093	1,3722	1,3338	1,3289
1999	1,3980	1,6576	1,4508	1,4806
2000	1,6028	1,9975	1,6086	1,6953
2001	1,8190	2,4395	1,7450	1,9464
2002	1,9188	2,7380	1,7988	2,0836
2003	2,0539	3,1689	1,8975	2,2872
2004	2,2925	3,7402	2,0597	2,5884

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 13 - Quantitativo de bancos pela estrutura de capital

Bancos (1)	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2004
	Dez	Jun	Dez							
Públicos (2)	32	27	22	19	17	15	15	15	14	14
Privados	198	190	182	175	175	167	152	150	150	150
Nacionais	131	118	105	95	91	81	76	78	81	82
Nacionais com Participação Estrangeira (3)	26	23	18	15	14	14	11	10	9	10
Controle Estrangeiro (4)	25	33	43	50	57	61	56	53	51	49
Estrangeiros (5)	16	16	16	15	13	11	9	9	9	9
Total	230	217	204	194	192	182	167	165	164	164

Fonte: Banco Central do Brasil.

Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r200412/quadro13.asp?idpai=REVSFN200412>>

(1) Inclui bancos múltiplos, bancos comerciais e caixa econômica.

(2) Inclui caixas econômicas (estaduais, em funcionamento até Jan/1999, e a Caixa Econômica Federal).

(3) Inclui bancos que detêm participação estrangeira.

(4) Bancos múltiplos e comerciais com controle estrangeiro (exceto filiais).

(5) Filiais de bancos estrangeiros.

Tabela 14 – Quantidades de bancos que sofreram ajustes após o Plano Real

Nº DE INSTITUIÇÕES	TIPO DE INSTITUIÇÕES	TIPO DO AJUSTE
7	BANCO COMERCIAL	LIQUIDAÇÃO
34	BANCO MÚLTIPLO	LIQUIDAÇÃO
1	FILIAL ESTRANGEIRA	LIQUIDAÇÃO
1	BANCO COMERCIAL	INCORPORAÇÃO
5	BANCO MÚLTIPLO	INCORPORAÇÃO
1	FILIAL ESTRANGEIRA	INCORPORAÇÃO
1	BANCO COMERCIAL	TRANSFORMAÇÃO EM INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
9	BANCO MÚLTIPLO	TRANSFORMAÇÃO EM INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
3	BANCO MÚLTIPLO	TRANSFORMAÇÃO EM DTVM
1	BANCO MÚLTIPLO	TRANSFORMAÇÃO EM AM
1	BANCO MÚLTIPLO	TRANSFORMAÇÃO EM CFI
6	BANCO MÚLTIPLO	TRANSFORMAÇÃO EM BI
34	BANCO MÚLTIPLO	TRANSFERÊNCIAS DE CONTROLE SOCIETÁRIO OU VENDA DE ATIVOS

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r199812/Anex3.asp?idpai=revsfn199812>>

Tabela 15 – Valor adicionado por segmento de atuação

Período	Crédito	Tesouraria	Serviços	Total
2002	38%	53%	9%	100%
2003	44%	39%	17%	100%
2004	46%	33%	21%	100%
2005.1	45%	31%	24%	100%

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPCAFI). In: Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Disponível em:

<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/fipecafi_port_net.pdf>

“O mundo não está interessado nas tempestades que você enfrentou, quer apenas saber se você trouxe o navio”.

Autor desconhecido